



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**COLEÇÃO VIDA & EDUCAÇÃO  
VOLUME 4**

**A Responsabilidade  
Das Universidades  
Para com o Desenvolvimento  
Sustentável**

***Fortaleza, 1997***



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Presidente**

Marcondes Rosa de Sousa

**Secretária Geral**

Maria Arivan de Holanda Lucena

**Assessora da Presidência**

Maria Helsenir Lucena Silveira Lima

**Conselheiros**

Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira

Cláudio Régis de Lima Quixadá

Eduardo Diatahy Bezerra de Meneses

Ednilton Gomes Soárez

Francisco de Assis Mendes Góes

Iranita Maria de Almeida

José Reinaldo Teixeira

José Rosa Abreu Vale

José Teodoro Soares

Jorgelito Cals de Oliveira

Luiza de Teodoro Vieira

Maria Eudes Bezerra Veras

Maria Ivoni Pereira de Sá

Marta Cordeiro Fernandes Vieira

Meireceli Calípole Leitinho

Maria Sarah Esmeraldo Cabral

Rosa Catarina Negreiros Guimarães

**Suplentes**

Francisco Leunam Gomes

Lindalva Pereira Carmo

Regina Maria Holanda Amorim



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

O presente opúsculo condensa teor de palestra proferida por EUNICE RIBEIRO DURHAM bem como as principais intervenções no debate a seguir, por ocasião do I Encontro do Fórum da Modernidade, realizado na manhã do dia 13 de fevereiro de 1996, no Auditório do Conselho de Educação do Ceará, em Fortaleza, do qual participaram:

1. dirigentes das cinco universidades (reitores, pró-reitores, diretores de centros e faculdades) e das instituições isoladas de ensino superior cearenses;
2. membros do Conselho de Educação do Ceará;
3. secretários, assessores e técnicos da Administração Superior do Estado;
4. dirigentes de órgãos federais, estaduais e municipais ligados à educação superior e básica, no Estado;
5. dirigentes de órgãos de desenvolvimento regional sediados no Ceará;
6. representantes de entidades profissionais e dos sindicatos docentes, no Estado;
7. lideranças do mundo empresarial, político e cultural;
8. docentes universitários e interessados em geral.

**Transcrição a partir de  
gravação em fitas magnéticas**

Cândida Angélica Alves de Lima

**Organização e  
Revisão estilística**

Marcondes Rosa de Sousa

**(c) 1997 Conselho de Educação do Ceará**  
Publicação para distribuição institucional e não-comercial



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## **Preparando-nos para os anos 2.000**

*O Ceará vive momentos decisivos de sua história. Após significativos avanços, em sua cultura político-administrativa, encetados a partir dos meados dos anos 80, ensaia ele agora passos mais amplos rumo à sua transformação social. Um novo cenário à frente se lhe descortina. E, desse horizonte, podem ser tomados como sinais: um novo porto (o do Pecém); um moderno aeroporto em construção (em Fortaleza); o maior dos açudes em sua história (o Castanhão), peça integrada de um sistema de irrigação, no Estado; centenas de empresas plantando-se no interior, numa autêntica revolução industrial, embora com atraso.*

*É o Ceará, num gigantesco esforço em acertar seu passo com a história, preparando-se para ingressar, com dignidade, nos anos 2.000. Sabe ele, no entanto, que a infra-estrutura econômica, sozinha, não será capaz de lhe fazer a festa esperada. É que, nos tempos de agora, na própria cena econômica, um novo personagem tem papel basilar, ao lado da convencional tríade "natureza, capital e trabalho"; o saber. E que este saber navega ao leito que lhe é mais propício: a educação. Daí, a preocupação de todos com ela.*

*Na educação, com efeito, é que residem nossos percalços maiores. E é, nela, que nossas omissões históricas terminaram por despejar os maiores obstáculos ao nosso desenvolvimento. Na verdade, ostentamos uma das maiores taxas de analfabetismo do País. Temos um longo chão por andar até que o ensino fundamental esteja, entre nós, universalizado. Em mil, apenas 22 cearenses conseguem hoje chegar ao ensino médio, e 6 somente, ao ensino superior. E, tanto em um quanto em outro, é largo o abismo que separa a formação das condições de uma empregabilidade futura.*

*Para pensar caminhos e enfrentar desafios, resolvemos criar, no Ceará, o Fórum da Modernidade, onde governo e os setores diversos de nossa sociedade se ocupem em buscar o concerto plural de um novo horizonte. E escolhemos, como tema primeiro, nessa busca, a questão de nossas universidades, ditas em descompasso com o desenvolvimento de nossa sociedade.*

*Nossa idéia foi, desde o início, a provocação do debate. E, para tanto, não haveria melhor escolha do que a que fizemos: da Professora Eunice Ribeiro Durham, como nossa convidada primeira. Ela veio ao Ceará e, com maestria, cumpriu com o papel que lhe destinamos. O Fórum que, de princípio, havia se arquitetado para um só encontro, acabou por se descentralizar em vários deles: com a comunidade universitária, com empresários, com a sociedade em geral (pelos meios de comunicação), com a escola básica, com o governo, com os atores sociais reunidos, no Conselho de Educação do Ceará. E, entre todos, a Professora Eunice Durham, com competência, soube instilar produtivas provocações...*



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

*Este opúsculo traz, apenas, um desses momentos: a discussão no Conselho de Educação do Ceará, que transcrevemos e reproduzimos aqui, com a máxima fidedignidade possível, despojando-a apenas dos usuais cacoetes do registro oral de linguagem (repetições, anacolutos e coisas do gênero), organizando-a em tópicos com vistas a uma maior legibilidade.*

*Nossa intenção é a documentação e, sobretudo, o incentivo à socialização do debate sobre a questão do compromisso universitário com o progresso e o desenvolvimento social e humano de nossa gente.*

Prof. Marcondes Rosa de Sousa  
Presidente do CEC



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## 1. APRESENTAÇÃO DA PALESTRANBTE

É com imensa satisfação que o Fórum da Modernidade recebe hoje, no Ceará, uma das maiores intelectuais deste País. Eunice Durham, na verdade, faz parte daquela geração que se formou na USP e que, desde então e ainda hoje, vem empreendendo o último grande movimento de renovação das universidades, em nosso País.

A partir de 89, as universidades de São Paulo, em discussão com o Governo Estadual, empreenderam a mudança de seu modelo de gestão e hoje gozam de plena autonomia. Eunice Durham foi peça importante nesse processo. Foi ela também, na USP, uma das cabeças a puxar a avaliação das universidades brasileiras.

Estes dois importantes passos na vida universitária brasileira contam, pois, desde seu nascedouro, com o trabalho e o empenho da Professora Eunice Durham. No MEC, ela marcou presença quer à frente da Secretaria de Ensino Superior quer na CAPES, tentando as mudanças com que ainda hoje sonhamos.

Hoje, o Fórum da Modernidade (que aqui criamos para reunir lideranças – políticas, intelectuais, empresariais, sindicais, sociais e culturais – em torno da definição de horizontes para o Ceará) inicia suas atividades pela questão universitária, contando exatamente com a participação de Eunice Durham, para, depois, dedicar-se a aspectos importantes outros atinentes ao desenvolvimento sustentável do Ceará.

Característica deste Fórum é que não lhe basta uma discussão acadêmica sobre os temas que enfocar. Nosso propósito é que as discussões tomem rumos operacionais. Temos o propósito de chegar a um plano concreto sobre o **Sistema Universitário Cearense**. E, com este sentido, é que a discussão daqui, passará, logo mais à tarde, para uma grande mesa, no Palácio do Governo, com todo o Secretariado do Estado, como ontem foi com importantes segmentos de nosso setor produtivo. Seja bem-vinda, pois, a Professora Eunice Durham, a quem, em nome dos organizadores deste Fórum, tenho o prazer de passar a palavra (**Paulo de Melo Jorge Filho**).



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## **2. A PALESTRA**

De início, confesso-me muito honrada com o convite para participar deste Fórum, que considero uma iniciativa extremamente importante. Sobretudo, num estado como o Ceará, que enfrenta problemas educacionais muito sérios. O Ceará, na verdade, ostenta uma das mais altas taxas de analfabetismo do Brasil, o que não é nada sustentável face ao seu visível desenvolvimento econômico e ao dinamismo que vem apresentando nos últimos anos. Além disso, tem um ensino básico que, urgentemente, precisa ser expandido. E, por fim, um ensino superior com graves problemas em seu financiamento. No conjunto, é como se dispuséssemos de um cobertor curto demais para uma pessoa grande demais, de sorte que, por mais que cubra, sempre lhe faltará um pedaço por agasalhar, ficando-lhe a descoberta ou o pé ou a cabeça...

Uma coisa, porém, me parece, nisso tudo, positiva. É a primeira vez que vejo um estado tentar resolver um problema educacional por meio de uma discussão como esta. Esta é, por isso, uma iniciativa por demais importante e que, seguramente, permitirá ao Ceará uma nova racionalidade no uso dos recursos públicos. Até hoje, todos sabemos, os problemas da educação (especialmente os relacionados à satisfação da demanda por ensino superior) têm sido satisfeitos pela vida da pressão política. Dependem do prestígio de um deputado da região ou de sua amizade com os governantes, fatores que, no passado, foram, em grande parte, responsáveis pela criação de estabelecimentos tanto de nível médio quanto de ensino superior.

Esse comportamento, realmente, em nada tem contribuído para resolver os problemas básicos que afetam a população por inteiro e que exigem um mínimo de racionalidade na utilização dos recursos existentes, para que um maior número de pessoas possa ser atendido. Por isso, este Fórum, se não implicasse em algo novo, ele já seria, no mínimo, um sinal de que a educação está sendo encarada como uma prioridade para o Estado, a ser buscada dentro de um amplo acordo sobre como atender, no limite dos recursos existentes, um conjunto muito grande de reivindicações.

- 
- Professor da UFC e da UECE, à época Reitor da Universidade Estadual do Ceará e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Cearenses (CRUC).



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## **A educação é um todo, não se resolve aos pedaços**

A tarefa que me confiaram os organizadores deste Fórum foi a de introduzir a discussão sobre a responsabilidade que cabe às universidades no processo de desenvolvimento do povo cearense, em bases sustentáveis.

Cinco universidades. Três estaduais, uma federal e outra particular. E só a existência dessas cinco instituições já significaria, por si, uma expressiva contribuição em termos de formação de recursos humanos. Nos dias de hoje, nenhum governo local (ou estadual), pode existir sem que se supram as carências de formação de pessoal, necessária à sociedade e ao estado modernos. E é esse aspecto que torna a resolução do problema da educação tão difícil. É que a educação é um todo e, por isso, seus problemas têm de ser resolvidos simultaneamente, nos diferentes níveis, sendo impossível falar-se de resolução isolada dos problemas relacionados ao ensino fundamental e ao médio, deixando-se de lado o ensino superior.

Entre os diferentes níveis de ensino, existe uma natural imbricação. A população aspira ao acesso universalizado ao mínimo de oito anos de educação básica. Mas isso, sabe-se, é insuficiente para que, na sociedade, supram-se os quadros da administração pública, da iniciativa privada e das profissões liberais que atendem, todas, aos interesses sociais. Creio que é importante a discussão de como essas se resolvem. E, no caso cearense, gostaria apenas de apresentar algumas sugestões.

## **Autonomia é questão fundamental**

Em primeiro lugar, sob perspectiva minha e do Ministério da Educação, autonomia universitária é questão fundamental. Não tanto pelo aspecto da liberdade acadêmica, vale dizer, na liberdade de crítica (que ela assegura) mas por outro aspecto, considerado até secundário e que, no entanto, é instrumento básico da liberdade acadêmica: a racionalidade do uso dos recursos. Autonomia é conceito que há de estar ligado a um processo novo de racionalização. Isso, porque hoje sabemos que não só dispomos de poucas verbas para a educação



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

mas (o que é mais grave) que boa parte delas é mal gasta. Não por culpa individual de ninguém, mas pela ação de um sistema que terminou por se tornar perdulário.

Costumo afirmar que um reitor que queria racionalizar os recursos de sua universidade é um herói. Na verdade, ele terá de lidar contra toda uma ordem. E, mesmo assim, não irá conseguir seu intento. É que, em nosso País, temos um sistema em que há uma série de garantias estabelecidas por lei, geradas inteiramente fora da universidade. E, além disso, um financiamento que se opera com base no volume de pessoal e não do serviço prestado pela instituição universitária, como é feito no resto do mundo, onde o critério maior é o número de alunos que tem a universidade. No Brasil, financiamos as universidades pelo número de professores e funcionários que elas apresentam. E essa é uma lógica inteiramente perversa em relação ao sistema.

**Os limites da  
autonomia esbarram  
na responsabilidade social**

Autonomia é idéia que tem de se fazer acompanhar da noção de responsabilidade. De fato, é muito difícil que exista uma autonomia verdadeira, se não há uma garantia mínima de fluxo de recursos suficientes para sustentá-la. Mas aí é que surge o problema: como satisfazer o conjunto das reivindicações com cem por cento das verbas destinadas à educação, quando essas necessidades, somadas, atingiriam até duzentos e cinquenta por cento dessa verba? A questão, aí, toma outra dimensão: não há possibilidade de se gastar mais do que cem por cento!

Nessa situação, temos que inventar um sistema por meio do qual a racionalização dos recursos nos permita satisfazer a um mínimo de necessidades. A autonomia das universidades acompanha-se da noção de responsabilidade social quando seus recursos vinculam-se a um novo uso, que associe a ação universitária ao desenvolvimento da região onde ela se insere, em bases duráveis.

Num passado recente, a universidade brasileira legitimou-se, perante a opinião pública, em razão de sua luta política contra o regime autoritário, que dominou o País. Foi isso que lhe deu visibilidade e a auto-estima sentida por professores, em relação a si próprios. Considerávamo-nos, nós todos (e eu participei dessa geração), como autênticos heróis, na luta contra a ditadura e em prol da liberdade.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Muito bem! Foi-se a luta contra o arbítrio. E, agora, qual o papel que nos cabe? Não podemos mais, nostalgicamente, reeditar os anos sessenta, quando a universidade era vista como a vanguarda do proletariado, que iria fazer a revolução socialista... Essa visão vanguardista está, hoje, inteiramente superada. Os tempos agora exigem um pouco mais de modéstia, que deverá ocupar o lugar da ingenuidade, que nos invadia, ao nos acreditar vanguarda, em todo o mundo...

**Acabar com a miséria  
é o grande desafio**

Se, em nossas universidades, não somos mais os heróis da luta contra a ditadura, o que somos afinal? A universidade tem uma função extremamente importante, embora hoje menos visível: que é a sua responsabilidade básica para contribuir nesse processo social de sair do subdesenvolvimento e de acabar com a miséria. E, nesse novo papel, ela tem diferentes responsabilidades com que, simultaneamente, cumprir.

Ela terá de voltar-se para as áreas de vanguarda e de ponta do conhecimento tecnológico, por meio da competência e da pesquisa. Isso é fundamental. Nenhum estado, nenhuma economia, nenhuma região irão prosperar com uma economia de carro-de-boi, simplesmente. É preciso, sim, termos computadores, tecnologia avançada e competitividade no mercado.

Essas coisas envolvem o desenvolvimento científico-tecnológico, que se apóia numa competência específica que, em grande parte dos países e em especialmente no Brasil, concentra-se na universidade. Nesse contexto, a universidade tem que sair de sua torre de marfim e de sua tradicional atitude de achar que qualquer relação sua com o setor produtivo e conspurca. Ao contrário, deverá encarar sua relação com o setor produtivo como uma oportuna relação com a sociedade. Terá que entender que o bem-estar do povo, na verdade, depende do desenvolvimento (o que implica o industrial). E que é papel seu contribuir para isso.

Em extremo oposto, a universidade tem outro papel, em relação ao setor produtivo. Refiro-me a seu necessário relacionamento com aquelas áreas de produtividade extremamente baixa e, no entanto, de alta relevância sob o prisma social: os pequenos produtores rurais, por exemplo, mediante os quais e para os quais é urgente que se pesquisem adequadas soluções tecnológicas às condições em que eles se encontram. Soluções que, com certeza, haverão de ser



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

diferentes e que, freqüentemente, exigem mais imaginação e, por vezes, mais competência do que as necessárias para o trabalho no setor de ponta.

O grande desafio, em nossa sociedade, parece ser o de como se introduzir novos processos produtivos, novas plantas, novas colheitas, que representam uma elevação do padrão mínimo de vida, em meio a uma população que ainda precisa alfabetizar-se e, em sua maioria, tem ainda uma escolaridade muito baixa. Essa é uma área de pesquisa por demais interessante, que não envolve apenas as áreas de economia e tecnologia, mas, inclusive, a de ciências humanas.

**A universidade  
há de liderar  
a revolução  
do ensino**

Há uma terceira função que a universidade não pode deixar de cumprir dentro do nosso sistema, que é uma contribuição para o desenvolvimento do ensino como um todo. A universidade tem que liderar essa revolução e, nesse sentido, medir a eficácia da sua ação. Tenho visto centenas de projetos visando à formação de professores. Tais projetos não ocasionam nenhum impacto na rede de ensino. Eles consomem enorme soma de recursos. Jamais serão avaliados e, com certeza, não ocasionarão nenhuma transformação efetiva na vida das escolas. Encabeçar um movimento com vistas a essa revolução é tarefa que, com certeza, cumpre a uma universidade sediada numa região carente como o Ceará.

**Formar quadros  
é a função  
universitária  
mais antiga**

À universidade compete, ainda, a tarefa de formar profissionais para a sociedade, aí incluídos os necessários à área de educação. Essa é uma de suas funções mais tradicionais, desde o século XI. Fundada, ela já tinha essa função de preencher, com técnicos competentes (suficientemente informados sobre a realidade de seu entorno, capazes de lidar com as estatísticas e que tenham uma



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

visão sobre os problemas que afetam a população como um todo), a burocracia pública e a privada (os bancos, as repartições públicas, os órgãos de planejamento, as empresas e as escolas).

Essa é, seguramente, uma função das universidades: não apenas formar o técnico, mas comprometê-lo com a sociedade que o sustentou dentro da universidade e à qual, de uma forma ou de outra, ele deve servir.

**Área de liberdade  
para que o novo  
possa brotar**

Comprometer-se com a sociedade não significa que a universidade abdique de ter uma área de liberdade. Essa área de liberdade pressupõe que a universidade deve ter espaços que, a rigor, não respondem a nenhuma demanda concreta da sociedade, a curto prazo.

Essa área corresponde, um pouco, àquela área de investigação que, antigamente, se chamava de “pesquisa pura”, isto é, àqueles setores ditos mais “desinteressados” e “gratuitos”, que, aparentemente, não servem para nada... “Sânscrito”, por exemplo. Estudar sânscrito, no Ceará, talvez não tenha uma utilidade mais pragmática e isso interesse a umas três ou quatro pessoas. No entanto, é importante que três ou quatro pessoas, no Ceará, estudem sânscrito ou algumas áreas da ciência, porque o saber vive disso, isto é, da perspectiva de criar o novo. E nunca se sabe de onde é que ele vai surgir. Por isso é que ele é o novo.

Para assegurar o surgimento do novo, temos que manter um conjunto de atividades que se caracterizam como parte do conhecimento e do patrimônio da humanidade, dentro do qual o espírito humano será capaz de buscar inspiração, de retirar coisas, de torná-las, de repente, importantes e úteis, longe dos dois extremos! A universidade não pode ser inteiramente gratuita (no sentido de gratuidade da diversão do espírito, despida de qualquer compromisso). Ela, no entanto, tem que preservar o mínimo de gratuidade (a salutar gratuidade) da atividade que representa o deleite cultural, o que, num estado com a tradição cultural cearense, é certamente fundamental.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Não se trata de um deleite intelectual elitista, de poucos. O Ceará tem, ao longo de sua história, contribuído fortemente para o enriquecimento e o engajamento popular na produção cultural brasileira. É rico na diversidade de suas manifestações culturais. À sua universidade, pois, cumpre o papel na preservação e na dinamização dessas manifestações, legitimando-se na medida em que vá, ela própria, tornando-se um instrumento para a universalização do processo de fruição da cultura por toda a população.

É preciso, pois, que se repensem funções para a universidade, algumas delas novas e outras velhas. Todas, porém, sob o crivo dos interesses de nossa população. É difícil, num estado como o Ceará e mesmo num país como o Brasil, que satisfaçamos, simultaneamente, todas as demandas sociais. Por isso, é importante que, nessa discussão, dois parâmetros estejam sempre presentes: a **divisão de trabalho e a cooperação**. E essa perspectiva acredito que se assegura na estruturação deste Fórum, onde é extremamente importante a presença da Universidade Federal do Ceará.

É que, por muito tempo, As universidades federais, no País, têm se revelado por demais alheias às necessidades das regiões onde elas se localizam, o que não tem sido o caso da Universidade Federal do Ceará, que felizmente, tem apresentado os melhores índices de eficiência e uma surpreendente tendência à modernização. Mas é que o investimento federal na área representa substancial parcela nos recursos educacionais disponíveis para a região. Por isso, imperioso se faz racionalização maior desses recursos, o que implica numa melhor distribuição de tarefas e uma contribuição maior de esforços entre as diferentes universidades públicas e privadas, porque estas são também equipamentos sociais postos a serviço da população e, nos termos constitucionais, têm sua existência condicionada à autorização e à avaliação pelo Poder Público.

**Recobrar  
o senso de  
dignidade  
e missão**

Devem as universidades integrar-se a ponto de os recursos de que disponham (em geral escassos) possam servir para que tais instituições cumpram com as funções fundamentais, de que falamos atrás. É isso que vai lhes dar (a elas próprias e a seus docentes e servidores) o senso de dignidade e de missão.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Tal senso vem-se, ultimamente, perdendo. E, por isso, a universidade vem assolada por críticas (algumas justas e boa parte delas injustas), segundo as quais ela se constitui de uma camada parasitária, que muito consome e nada produz, o que não é verdade.

O caminho para que a universidade se torne socialmente reconhecida é fazer visível sua eventual contribuição para com o desenvolvimento da região onde ela está inserida. Não basta, porém, que, nesse sentido, façamos as coisas. É preciso, além disso, que tenhamos, do público, o reconhecimento esperado, porque, sem ele, dificilmente teremos a satisfação de chegar a bom termo.

Não faço uso destas palavras iniciais para apresentar uma sugestão acabada. Meu desejo é que nós, pela via do debate, a busquemos. Por isso, gostaria de que o Professor Marcondes Rosa coordenasse essa discussão. Foi, em parte, graças a sua atuação que esta questão se formou. E ele, com certeza, terá mais competência que eu na condução do debate. Acredito que ele tem idéias muito claras sobre como devemos proceder.

### **3. O DEBATE**

**Palavras do Coordenador,  
Marcondes Rosa de Sousa\***

Ontem pela manhã, com o Governador Tasso Jereissati, a Professora Eunice Durham foi muito feliz ao tentar conciliar duas visões, no Ceará, em conflito, sobre o papel das universidades: a do Governador, que reclamava, em nome da sociedade que o elegeu, o descompasso das instituições universitárias em relação às necessidades sociais, e a de nós outros, professores universitários, que exigimos, para a universidade, uma maior autonomia.

- 
- Professor da UFC e da UECE, Presidente do Conselho de Educação do Ceará



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Queixava-se o Governador de que as universidades, no Estado, estão em descompasso com as exigências das comunidades em seu entorno: “Precisamos, por exemplo, de determinados profissionais para o desenvolvimento do Interior, e as universidades limitam-se à oferta dos mesmos cursos (como Letras e Pedagogia).” Foi aí que a Professora Eunice Durham mostrou ao Governador que, mesmo que os graduados nessas áreas não se tornem professores, eles contribuem para melhorar os padrões das organizações públicas e privadas bem como das lideranças sociais. E, assim, não estariam tão defasados em relação à vida política, social e cultural da região onde se engravam.

Aí, está o ponto maior de nossa produtiva discórdia. Vivemos, hoje, no Ceará, o choque entre duas culturas: a da autonomia (exigida pela universidade) e da expectativa social (alimentada pelo Governo e pelas lideranças de nossa sociedade). No meio do caminho, talvez a solução.

Ontem à noite, no Centro Industrial do Ceará (CIC), esse conflito também se reproduziu. E, novamente, a Professora Eunice Durham recolocou a questão em bases sensatas. Na verdade, desde que chegou ao Ceará, ela tem cumprido um salutar papel de provocação. E é dessa forma que, aqui, devem ser entendidas essas suas palavras iniciais: como provocação ao debate que agora se inicia, em busca de caminhos pluralmente acordados para a arquitetura do Sistema Universitário Cearense.

**Intervenção de**  
**Ariosto Holanda (I)\***

A Professora Eunice Durham dispensa apresentação. Mas eu queria ressaltar, para este seletor auditório, que a conheço desde a época em que eu estava na Câmara dos Deputados e ela desempenhava, no MEC, o cargo de Secretária de Ensino Superior. Tínhamos muita interação, principalmente por ocasião da apresentação das emendas, nos projetos relacionados com a educação superior.

- 
- Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará e Professor da UFC.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Ela tem uma visão global sobre o papel das universidades e aqui está, atendendo a convite não apenas deste Fórum mas do próprio Governador Tasso Jereissati, que ontem a recebeu numa entrevista que durou cerca de duas horas e à qual estiveram presentes os reitores de nossas universidades. Nessa ocasião, o Governador manifestou toda a sua preocupação com os rumos de nosso sistema universitário. E pediu à Professora Eunice que, se possível, pessoalmente se envolvesse nessa questão, colaborando na busca de novos rumos e caminhos para nossas instituições universitárias. Assim, ela estaria ajudando (e muito) ao Ceará.

Com esse objetivo, estamos nós todos aqui: para ouvir os diferentes segmentos de nossa sociedade, aí incluídos (é claro) os componentes do setor educacional. E, nesta oportunidade, eu queria externar uma surpresa agradável que ontem tive. À noite de ontem, pela primeira vez vi o setor empresarial do Ceará dizendo-se preocupado com a educação e, em particular, com a universidade. Isso, para mim, mereceria até uma reflexão...

Lá, discutiam-se tanto os problemas da educação superior quanto básica. E, ao manifestar-me, chamava eu a atenção para o fato de que não podemos tratar qualquer nível de ensino (mesmo o superior) como se fosse um compartimento estanque. Na verdade, o ensino superior não pode ser focado sem se observar o que lhe está por baixo. De fato, fica até difícil falarmos em universidade, se, abaixo dela, constatamos a degradação de nossa base educacional, fruto de toda uma política que herdamos.

Lá no Centro Industrial do Ceará (CIC), eu afirmava: “Enquanto a sociedade não estiver consciente para cobrar, por exemplo, a aplicação dos recursos que a sociedade transfere à educação, resultantes dos dezoito por cento sobre o orçamento da União e dos vinte e cinco por cento sobre o do Estado e os dos municípios; enquanto cada prefeito, no Interior, continuar pagando R\$ 30,00 a uma professora, fica muito difícil a gente avançar no processo de educação”.

Na verdade, temos de ter uma visão globalizada sobre a educação, mesmo porque o grande papel da universidade ainda é o da formação de pessoal. E, nesse momento, eu diria eu sua função maior é o da formação de professores. Um aspecto nessa questão, contudo, me preocupa: formar professor para quem? Para um município que está pagando a seus professores a irrisória quantia de trinta ou até dezesseis reais? Um prefeito que paga isso deveria, ao invés, pedir a seus professores para dar aula de graça e não remunerar ficticiamente um professor com esse valor.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Nosso problema de educação, portanto, é estrutural. E, no Ceará, enfrentamos uma luta homérica para vencer esse impasse. Temos, como nos demonstrou a Professora Eunice, um alto índice de analfabetismo. Mas o analfabetismo maior não é o convencional. Diria que é o analfabetismo cultural e tecnológico: o daqueles que, mesmo sabendo ler e escrever, não sabem, no entanto, para que serve ler e escrever. E esse é um mal que, urgentemente, temos de enfrentar.

Ontem, no CIC, eu perguntei aos empresários porque é que eles, agora, estão preocupados com essas coisas. Estão preocupados com essas coisas porque descobriram que foi por terra aquele modelo de desenvolvimento que dominou o País, nos fechados anos da ditadura, e que violentou nossas instituições, sobretudo as universitárias. Acontece que esse modelo esgotou-se.

Nesse tempo, era muito fácil ser empresário, com reserva de mercado. Não se falava, então, em universidade e educação. Em que instante, nessa época, as universidades foram acionadas ou provocadas como agora? Sou professor do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará e não me lembro de ocasião alguma em que a SUDENE, que é o órgão que cuida do desenvolvimento do Nordeste, tenha procurado essa Instituição para colaborar com o planejamento estratégico da Região.

Aqui, não acontecia o que havia no mundo inteiro, onde, principalmente nos países desenvolvidos, o desenvolvimento passava, obrigatoriamente, pelas universidades e institutos de pesquisa. É fácil criticarmos a universidade quando o sapato nos começa a apertar. E por quê? Porque agora o setor produtivo se dá conta de que ou ele agrega conhecimento e tecnologia ou então ele tenderá a desaparecer. Por isso, os empresários, hoje, estão cobrando das universidades participação mais direta no processo de geração do conhecimento, que poderá salvá-los.

Entre os empresários, no CIC, lancei um desafio e uma provocação: Por que é que eles não “compram a briga” para conseguirmos recursos do FNE (Fundo Constitucional de Investimento do Nordeste) para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em nossa Região? Temos, do FNE, cerca de novecentos milhões de reais por ano. E, dessa soma, nenhum tostão é aplicado no desenvolvimento tecnológico do Nordeste. Nada se investe em pesquisa. Tudo se aplica nas empresas.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Em realidade, fica difícil se desenvolver uma região como a nordestina, quando os recursos que lhe são destinados não contemplam nada para a área de pesquisa e do ensino superior. Daí, minha provocação, manifesta ao setor produtivo, já que cobrança assim não pode caber apenas aos que estão no governo. É papel que compete não só à sociedade em geral bem como aos empresários, em particular, que, em última análise, devem ser os mais interessados.

Agora, gostaria de saber da Professora Eunice Durham o que ela pensa sobre que modelo de instituição universitária seria recomendável para um estado como o Ceará, que tem múltiplas necessidades. Será que não seria um bom caminho, para nós, o modelo californiano dos **Colleges**? Pessoalmente, acho que universidade é uma estrutura pesada e cara, sobretudo se a concebemos com graduação, pós-graduação, pesquisa básica e aplicada. Não seria interessante, nestes tempos de vacas magras, articularmos as atuais instituições numa composição onde estivessem presentes, no mínimo, as instituições públicas (a Universidade Federal do Ceará e as três estaduais) e identificarmos onde podemos avançar e que pontos fortalecer?

Parece oportuno um pacto, onde algumas questões sejam colocadas: o que devemos fortalecer? Que áreas estratégicas temos de privilegiar para que possamos contribuir, de uma maneira clara e aberta, contra essa miséria que aí está? A universidade tem alguma tarefa nesse projeto? Claro que sim.

Imagino que podemos avançar, pelo menos no interior, onde instituições como a Universidade Vele do Acaraú (UVA), em Sobral, e a Universidade Regional do Cariri (URCA), em Crato, não dispõem, em suficiência, de professores com titulação de mestre e doutor. Elas podem avançar pela criação de **Colleges** com finalidades diversas. Pergunto, ainda, se não é um bom caminho que essas instituições se dediquem mais à extensão e à pesquisa aplicada, deixando um pouco de lado as preocupações com o desenvolvimento da pesquisa básica, que, no Estado, poderia ficar a cargo de instituições do porte da Universidade Federal do Ceará.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**Intervenção de**  
**Cláudio Ferreira Lima\***

Gostaria apenas de aqui colocar uma única questão: Temos, no Ceará, um Plano de Desenvolvimento Sustentável, que foi resultado de um trabalho de muita discussão ao longo de muitos anos. Esse plano condensa um conjunto de estudos sobre desenvolvimento sustentável, realizado por uma equipe de especialistas, coordenados pelo Professor Guilherme Lincoln Aguiar Ellery, aqui, presente, enriquecido com a experiência da própria Administração Estadual.

Nesse trabalho, a universidade cearense teve um envolvimento muito grande por intermédio de muitos especialistas e professores. A conclusão desses estudos pode assim ser resumida: nosso intuito é um plano de desenvolvimento que seja sustentável do ponto de vista econômico, político e social. No entanto, a sustentação das sustentações desse plano vai residir em apenas em um único elemento: na mudança cultural e no avanço científico e tecnológico.

Agora, minha grande questão e a minha grande angústia: como, no Estado do Ceará, faremos essa mudança cultural e avançar na ciência e na tecnologia, diante de uma realidade tão distante disso?

- 
- Secretário de Planejamento do Estado do Ceará



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**Intervenção de**  
**Antenor Naspolini\***

Queria apenas trazer um depoimento e fazer uma consulta à Professora Eunice. O depoimento é o seguinte: acabamos de fazer um censo no Ceará com os agentes de saúde, que trouxeram não apenas a informação para a Secretaria de Educação como também a própria criança para a escola. Nós estamos hoje em cada localidade do Estado, sabendo o número de crianças, seus nomes, endereços, idades e a distorção entre idade e série cursada.

Primeira constatação: nos municípios onde existe ensino superior (e são vários no Estado), o indicador de analfabetismo não é de, maneira significativa, diferente dos outros. Então existe um problema sério: onde se formam recursos humanos para a educação, não há um retorno imediato nesse nível diretamente.

A segunda constatação: no Ceará, o índice de analfabetos de onze a quatorze anos é cerca de vinte e oito por cento. É terrível isso. De cada cem crianças de onze a quatorze anos, trinta são analfabetas. Esse índice está, sem dúvida, um pouco mais abaixo do nordestino. Mas ainda é um dos maiores do País. No Estado de São Paulo, esse índice não deve chegar a dois por cento nessa faixa de idade, como também no Sul do Brasil. A distância é de dez vezes maior e, quanto aos analfabetos de quinze anos e mais, a distância é quatro ou cinco vezes. Amplia-se, então, tal diferença.

O analfabeto cearense é masculino e rural. Do rural para o urbano, é três por um. E, do masculino para o feminino, é de dois por um. As mulheres, no Ceará, permanecem mais tempo na escola e vão muito além dos homens. De sete a dez anos, tal índice é mais próximo do outro. Mas, de onze a quatorze anos, a defasagem já é muito grande. E, de dezesseis a dezessete anos, não é mais defasagem, já se marcha para o abismo.

A Professora Eunice Durham referiu-se às diversas funções da universidade. Acredito que, no caso cearense, elas devam ser repensadas no contexto de nossos desafios e da atmosfera propícia que ora vivemos. Existe, de fato no Ceará, um manifesto e histórico espírito empreendedor. São várias as opções que ora se apontam para cenários futuros. E existem muitos grupos organizados, em nossa sociedade, que se orientam em tal direção. A professora Eunice Durham, desde ontem, tem testemunhado isso, no encontros que tem participado com as lideranças sociais e com o Governo.

- 
- Secretário de Educação Básica do Estado do Ceará



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Tantos são os nossos desafios que é importante que as cinco funções aqui apontadas sejam, todas, exploradas de fato. No entanto, a mim, angustia-me a opção de onde concentrar nossos esforços maiores, a curto prazo, para reverter a situação incômoda que nos persegue, na área de educação. Vejo, por exemplo, o desafio imenso do analfabetismo rural. Diria que, no ano 2.000, temos condições de, no que toca ao analfabetismo de crianças entre onze a quatorze anos da área urbana, chegar ao mesmo patamar que os estados do Sul. Infelizmente, isso não nos parece alcançável em se tratando do analfabetismo rural, pelo menos com os meios de que atualmente dispomos... E, aí, fica-nos a questão: onde, a curto prazo, dentre as cinco funções apontadas, deveremos concentrar nossos esforços maiores? Essa nos parece a opção que, de modo claro, haveremos que tomar, num fórum desta natureza.

**Comentários**  
**Da Palestrante (I)**

Comecemos por questões muito práticas:

**Reserva prévia,**  
**um pacto necessário**

Qualquer proposta que se faça para a universidade deve partir de uma reserva prévia. Reserva prévia significa que, pelo menos, quinze por cento dos recursos destinados à educação têm que ir para o ensino fundamental. Isso é um pacto absolutamente necessário. Nós temos que preservar, qualquer que seja o resto que se une, alguma coisa substancial para o ensino fundamental. Quer dizer: pelo menos sessenta por cento dos constitucionais, vinte e cinco por cento, aplicados em educação pelo Estado, têm que ficar com o ensino fundamental, já que sua situação é extremamente grave.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Formar  
professores,  
a missão de  
urgência maior**

A universidade, em nosso País, nunca se preocupou com a questão do analfabetismo, a não ser, esporadicamente. Ela tem (já dissemos) a função de formar os professores. Sabemos que simplesmente formar professores, no caso brasileiro, não vai adiantar, se preservarmos, a situação existente dos baixos salários. Por isso, o plano de valorização do magistério e de desenvolvimento do ensino fundamental, concebido pelo Governo Federal, ajudará muito nessa tarefa, porque irá promover uma autêntica redistribuição dos recursos, o que trará aportes federais que, na verdade, irão permitir um investimento mais elevado para o aluno.

Isso, porém, não é o bastante, porque recurso é mero instrumento que tem de ser usado para alguma coisa. A universidade, penso que poderá prestar uma contribuição importante, na medida em que se ocupe da tarefa da reciclagem permanente desses professores. Não é que ela não venha cuidando dessa formação. Mas a formação que ora se faz, opera-se independente do mercado de trabalho. Prepara-se um professor que, na verdade, não vai dar aula, por um aviltado salário de R\$ 50,00, R\$ 50,00 ou R\$ 200,00 por mês. Não sai da universidade quem vai aceitar esse tipo de remuneração.

O problema, então, não é simplesmente formar esses professores, embora isso possa ser feito. O fato é que a universidade tem dedicado muito pouco esforço no sentido de formar professores da 1ª à 4ª série, que é a parte básica do ensino fundamental. Por essa razão, dela se reclama compromisso maior nessa área, sobretudo dedicando-se à reciclagem do pessoal ora existente na real rede de ensino, o qual precisa ser requalificado, o que não é possível por meio de apressados esquemas de capacitação.

É necessário que tenhamos instituições com um maior compromisso com a rede de ensino e que, em função desse compromisso, assistam melhor à educação, no âmbito da região em seu entorno. Essa questão tem um ângulo institucional.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**Houve tempo  
em que os estudantes  
tinham um compromisso  
com esta Nação!**

Há, no entanto, outro ângulo a considerar: **o pessoal**. Existiu um período no qual os estudantes tinham um compromisso com esta Nação, e eu me lembro do meu tempo em que o MEB (Movimento de Educação de Base) foi uma coisa extremamente importante. Houve um momento em que os estudantes se engajaram nos movimentos de alfabetização. Aqui no Ceará mesmo, um dos meus assessores, o Professor João Batista Ferreira Gomes Neto (da UFC), por exemplo, é um egresso desse movimento. Ele me deu uma visão muito ampla da situação do ensino no País.

Nós temos que ter, ao lado da ação institucional da universidade, o outro lado, que é o real engajamento dos alunos. É uma das coisas que mais me preocupa. Sou de uma geração em que a gente faria isso de graça. Hoje, se quisermos que algum aluno se engaje no movimento social, teremos de lhe dar uma bolsa. E, aí, temos fatos curiosos: bolsas estudantis maiores que salários de professores aos quais ele teria de ajudar... É preciso que construamos, na área de educação, algum movimento semelhante ao da Universidade Solidária, que se organize por meio, inclusive, do sistema de monitoramento e, se possível, com o auxílio de mecanismos de educação à distância, num, apoio ao trabalho do alfabetizador. Um movimento que mobilize os estudantes ao engajamento e ao compromisso social.

Nas universidades públicas, esses alunos estão estudando gratuitamente. Eles pertencem às camadas mais favorecidas da população. Recebem da sociedade os recursos. Têm, portanto, por justiça social, de retribuí-los de alguma forma. Na universidade, somos favoráveis ao “ensino gratuito”. E teríamos que proceder a essa retribuição, sem a introdução do ensino pago. Basta que o aluno devolva à sociedade o que dela recebeu, sob a forma de um serviço social por ele prestado.

No passado, os estudantes eram tocados por um sentimento social e humanitário maior. Creio que é possível, neles, despertar novamente esse ardor. É possível mobilizá-los novamente, neles reacendendo o senso de missão que tinham quando lutavam contra o período autoritário. Hoje, a luta é contra o analfabetismo e a miséria. E essa luta é tão gloriosa quanto a outra. E até menos perigosa...



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**A licenciatura  
é um modelo  
já superado**

Nessa questão, duas sugestões poderiam ser arroladas. Em primeiro lugar, a universidade tem de repensar seus cursos de licenciatura e de estabelecer cursos para a formação de professores da 1ª à 4ª série, mesmo que tais cursos não se caracterizem como de licenciatura completa. Temos de buscar formas mais flexíveis para a formação de professores que não estritamente a convencional licenciatura porque esta é um modelo já inteiramente ultrapassado. A universidade pode cuidar dessa tarefa, e tenho a impressão de que, no Ceará, desenvolve-se experiência em tal direção, que mereceria ser conhecida.

Claro, que para fazer isso, temos de construir um modelo universitário um pouco mais diferenciado. De fato, o ideal de universidade posto em prática, no Brasil, desde a década de 30, associa ensino à pesquisa, e ciência básica à aplicada e à formação profissional. Trata-se de um modelo pesado. Na verdade, quando temos em mente o interior de São Paulo ou do Ceará, é óbvio que as necessidades de ensino superior, aí, não poderiam ser resolvidas pela criação de uma universidade, pelo menos em sua acepção convencional. Seria a mesma coisa que recorreremos a um **Boing** para a travessia, em Fortaleza, deste auditório até a praia... Não podemos (como estamos fazendo) querer resolver a complexa situação das necessidades de formação, na área de ensino superior, ligando-a, inexoravelmente, à universidade. E não entendo como terminou por se desenvolver, em nos País, a idéia de que é coisa absolutamente indigna tudo quanto, no campo da educação superior, não se denomine “universidade”.

**O “college”  
pode ser  
um caminho**

Na verdade, essa não é a idéia mais usual no mundo, onde as melhores escolas para a formação de pessoal nem sempre são, necessariamente, universidades. Exemplos disso são, na França, a Escola Normal Superior e a grande Escola de Administração Francesa. Na Rússia, a universidade não faz pesquisa. Quem a faz são os institutos de pesquisa, financiados pela Academia de Ciências. Óbvio que a universidade é instituição de que devemos nos valer.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Mas é importante que se compreenda que não podemos resolver o problema da educação superior apenas com universidades. A formação em nível superior há de ser um trabalho sério que implique em muita competência. Boa formação, no caso, significa formação ajustada às potencialidades e aos antecedentes de aprendizagem do formando. Essa tarefa tem de ser exercida por um quadro de excelentes professores porque só um bom professor será capaz de simplificar uma matéria sem torná-la simplista. E, no caso brasileiro, o caminho para isso poderá ser representado pela palavra “college” que, de modo algum, pode ser considerado um estrangeirismo vicioso.

Os **colleges** são uma experiência interessante, posta em prática pela Califórnia. A Califórnia é um estado americano que, em comparação com o Rio, São Paulo ou Ceará, apresenta algumas vantagens em termos de riqueza. Não é, de modo algum, subdesenvolvido... Pois bem! A Califórnia entendeu que não poderia resolver seus problemas atinentes à demanda pelo ensino superior apenas com o convencional modelo de universidade. Isso lhe custaria muito caro. Preferiu caminhos alternativos. E, hoje, mantém, sim, uma grande universidade convencional (onde o ensino se associa à pesquisa). Criou, porém, uma outra universidade, dedicada à formação profissional em áreas como engenharia, administração, medicina etc., na qual faz-se pesquisa aplicada e onde uma grande rede de ensino (integrada por **colleges**) cuida da formação específica em algumas áreas.

Tais **colleges**, com cursos de um ou dois anos, são instituições mais flexíveis, que podem estar localizados em regiões que, talvez, não comportassem uma convencional formação de quatro ou cinco anos. E o importante é que o sistema universitário é intercomunicante. Alguém pode ter dois anos de **college** e, depois, completar sua formação em outro lugar. Com isso, enseja-se oportunidade a que, numa dada região, alunos possam ter acesso ao ensino superior. E a importância deste fato fica evidente quando se sabe que, em nossos convencionais cursos superiores, a taxa de abandono chega, por vezes, à casa dos cinquenta por cento. No Brasil, temos uma brutal evasão, dentro de nossas universidades (embora isso não seja um fenômeno exclusivamente brasileiro), de sorte que persistir em um modelo rígido de formação universitária é até um desperdício de recursos.

Se implantarmos, entre nós, o modelo dos **colleges**, boa parte de nossos estudantes vai ter uma formação de dois anos, que, com certeza, poderão ser aproveitados para o aumento de seu nível de escolarização, de competência, de domínio da escrita e da fala, instrumentos básicos para sua inserção no mercado de trabalho e na vida social. O domínio da linguagem e da comunicação (hoje em moda) é coisa básica e fonte do desenvolvimento tecnológico.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**Espaços maiores  
para o ensino  
tecnológico**

Pessoalmente, comungo das idéias de Ariosto Holanda e Tasso Jereissati. É preciso que, no Ceará, a formação superior abra espaços mais decisivos no campo do desenvolvimento tecnológico, especialmente na área agrícola. Nos Estados Unidos, há importantes experiências nesse sentido: excelentes centros e escolas superiores de agronomia. Essa também é uma experiência brasileira.

Tenho o privilégio de conhecer bem a história do ensino superior de nosso País. Essa foi uma experiência inovadora e das mais produtivas do final do século XIX. Foi quando, no Brasil, criaram-se escolas isoladas, de nível superior, por todo o País. São hoje exemplos desse modelo as escolas de Viçosa, de Piracicaba, Mossoró e a de Agronomia do Ceará, que deram importante contribuição ao País. Tais instituições desenvolveram pesquisas, formaram competentes grupos nos campos da ciência básica e da aplicada. E não nasceram dentro de uma universidade.

Acho até que algumas delas, como Viçosa, pecaram fundamentalmente quando se converteram em universidade. Aí, perderam sua vocação especializada, o que não aconteceu com as que continuaram instituições isoladas (como é o caso da Escola Superior de Agronomia de Mossoró), embora, neste caso, imponha-se, agora, a necessidade de um urgente movimento de revitalização de tais entidades.

**O corporativismo  
se escuda  
no medo de  
competição**

Um movimento de revitalização, agora, implica numa coisa muito penosa, que é a luta contra o corporativismo. Quando uma instituição entra em decadência, costumam instalar-se, dentro dela, grupos extremamente medíocres sob a perspectiva intelectual. Tais grupos caracterizam-se, em geral, pelo medo que têm da competição. Isso há que se quebrar. E, se tem de ser quebrado, o



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

caminho é de fora para dentro. Não existem modos por via dos quais um departamento medíocre se regenere. Os casos de ruptura que conheço foram todos motivados por uma renovação vinda de fora. Nunca de dentro.

**Escolas autônomas  
associadas  
a universidades**

É recomendável e possível, pois, que se criem escolas superiores autônomas, inclusive associadas à universidade. A idéia de **campus** avançado, aparentemente, é um processo de descentralização. No entanto, ela cria, ironicamente, outro tipo de centralização. Ponha-se uma escola avançada na Região do Cariri. E, cada vez que seu dirigente precisar comprar ou obter a permissão para comprar alguma coisa, ele terá que vira Fortaleza, como vem ocorrendo, em relação a Brasília, com todas as universidades federais, no País.

Esse esquema de unidades descentralizadas foi, de alguma forma, utilizado com relativo sucesso pelas escolas técnicas de 2º grau. No caso do ensino superior, o modelo poderia ser aplicado, com uma dose maior de autonomia. Aí, as unidades, independentes sob o ponto de vista administrativo, poderiam associar-se a um centro mais sólido na área de ciência básica (numa universidade, por exemplo) de forma a alimentar sua pesquisa. Se uma dessas unidades tem um problema na área agrícola (por exemplo, se deseja um cientista básico) não precisa dispor, todo o tempo, desse profissional. Poderá, ao invés, valer-se dele apenas no tempo em que ele lhe é necessário, solicitando-o do centro maior a que porventura estiver associada. O esquema parece interessante.

São vários os tipos de necessidades a serem atendidas por um sistema de ensino superior. Formação de profissionais é, com certeza, uma delas. Dentro desse campo, há uma que serve muito à população urbana, que é a da formação de administradores. Administração, hoje, no Brasil, serve para tudo. Se alguém quer gerir um pequeno negócio, quer trabalhar numa loja e coisas assim, recorre, em geral, à administração. Trata-se de uma formação bem ampla, que fornece competência para o mercado profissional, já que é veículo de modernização da vida Administrativa (pública e privada), em nossa sociedade, desde as grandes empresas até os pequenos negócios.

No passado, houve uma área que substituíra a administração: o direito. Esta, ainda hoje, é importante neste País. Além de dar uma formação básica geral, vem a calhar num país legalista como o Brasil. Na verdade, ocupamos,



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

nesta Nação, boa parte do tempo tentando nos livrar dos engessamentos cartoriais. E os advogados cumprem com importante trabalho nessa direção.

**Pesquisa de  
Mercado, uma  
via possível**

Como identificar tais necessidades, na área da formação? Um dos caminhos (posto em prática pelas instituições particulares de ensino superior) é a pesquisa de mercado, da qual podemos nos valer, não sob a perspectiva estreita da busca de cursos que poderão dar lucro maior, mas daqueles que, em maior grau, preenchem os interesses sociais.

E, aí, há um outro dado a considerar. É que o desenvolvimento de uma comunidade exige que, nela, se fixem os bons profissionais que lhe assegurem a necessária mudança cultural. É preciso que pensemos nisso. Por vezes, os pais têm a necessidade de formar seus filhos enviando-os para outras regiões. O que costumeiramente ocorre é que eles não mais retornam à região de origem. Esse aspecto é importante na questão da descentralização cultural e na formação de núcleos e pequenos pólos, as quais as instituições de nível superior podem muito ajudar.

No caso cearense, é possível a um grupo analisar melhor as necessidades educacionais do Estado, identificando onde poderia localizar-se o ensino tecnológico. A Secretaria de Ciência e Tecnologia está realizando um considerável esforço na implantação de núcleos de formação nos níveis médio e pós-médio. Mas é necessário que essa experiência seja acompanhada da instalação de alguns pólos, que eu chamaria de "institutos superiores de tecnologia". Esses institutos, certamente, sairão mais caro do que os convencionais centros de formação profissional. Mas, seguramente, haverão de sair mais barato que a instalação de universidades!

Não conheço, suficientemente, o desenvolvimento industrial cearense. Por isso, não ousou prognosticar que tipo de institutos seria recomendável instalar. Parece-me, entretanto, claro que pólos de administração são cabíveis. Eles poderão ser úteis às grandes empresas planejadas para o Estado e à maioria das pequenas, cujos proprietários almejam para os filhos uma formação de nível superior, e isso poderá ajudá-los enormemente.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**Um sistema  
de ensino superior  
diversificado  
mas integrado**

Convém, pois, pensar-se em um sistema diversificado de ensino superior, integrado de universidades, escolas superiores e institutos de tecnologia, articulando-se na abertura de novas áreas de especialização (formação que considero socialmente mais importante que o mestrado e o doutorado), às quais toda a rede poderá recorrer.

**Cursos itinerantes,  
em nome do racional**

Há outro aspecto ao qual é oportuno se aludir, quando se planeja a educação de um estado. Trata-se da idéia dos cursos itinerantes. Existe um rol de cursos que, a bem da racionalização, não precisam ser permanentes. Eles nascem com a função de capacitar um dado número de pessoas de um dado lugar. Cumprida com essa tarefa, esgota-se sua missão. Formou, satura-se o mercado de trabalho. Não adianta ficar. Mato Grosso tem uma experiência muito interessante nessa linha, no campo da formação docente. Vão os docentes, formam os professores de uma dada região, que querem e precisam da licenciatura. Os alunos se submetem a um curso modular. O curso, ao final, se retira e vai para outro lugar.

**Que rumos  
tomar**

Se temos de concentrar nossos esforços em alguma direção, alguns pontos deverão ser arrolados. De início, partir do pressuposto de que temos de reservar quinze por cento dos recursos estaduais aplicados com a educação para o ensino fundamental. E, aí, o primeiro passo é a construção de um modelo que nos garanta a necessária flexibilidade. O segundo passo é conceber um tipo de autonomia que atinja, de forma diferente, as universidades, de um lado, e as escolas superiores, de outro.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Por quê? Porque, no Brasil, a burocracia vem sufocando o ensino superior, que não pode, de modo algum, ser ministrado por meros funcionários públicos. Um professor de ensino superior há de ser tratado com um tipo de autonomia diferente da que se dá a um convencional funcionário público. Para que possamos pagar-lhe um salário melhor, no entanto, temos de eliminar, de sua carreira, inúmeros penduricalhos que, de modo assustador, terminaram por onerar a folha de pagamento de nossas instituições de ensino superior. Esses penduricalhos, que incidem, de forma diferente, sobre os professores, são um forte fator, pelo volume de inibição de aumento salarial nessa área.

Em nosso País, há uma praga, que se chama “incorporação de vantagens” e que se alastra no campo do ensino superior. Ela é a resultante de uma interpretação de preceito constitucional (por mim contestada) de que não pode haver redução de vencimento. Por força disso, é comum, em nossas universidades, estabelecer-se uma série de incentivos temporários para que as pessoas desempenhem determinadas tarefas e elas terminam por se transformar em uma função permanente. Um absurdo de primeira ordem! Dá-se um incremento para que a pessoa faça um trabalho diferente. Ela, depois, deixa de executar esse trabalho mas (não tem importância) continua remunerada por isso, o resto da vida!...

Uma das funções que se espera da autonomia é limpar a vida e a carreira universitárias desse tipo de relação trabalhista. É preciso também acabar com a estabilidade precoce. Universidade não é o lugar onde se entre e se tenha assento eterno ou cargo vitalício, a partir de quando se faça um concurso de entrada, como está acontecendo em nossas instituições.

Até 1988, quando muitas de nossas universidades eram fundações, tinham um sistema de administração muito mais ágil. Todo funcionário dessas universidades, à época, era contratado em regime de CLT, que é o regime que se aplica ao trabalhador em geral. Sei que, com isso, vou provocar um furor negativo na população de servidores. Mas esse, de fato, é o regime que mais se adequa ao pessoal técnico-administrativo de nossas instituições de ensino superior.

Não há que se dar tantas garantias e vantagens ao funcionalismo público. Na verdade, nisso tudo, há uma lógica irônica e perversa. As vantagens são dadas justamente para compensar os reduzidos salários. Melhor seria que alógica fosse o inverso: menos garantia mas, em compensação, melhores salários. Em outros termos, garantir-se menos mas, em contrapartida, pagar-se melhor.

Quanto ao docente de ensino superior, o raciocínio é outro. A estabilidade, no caso, criou-se para lhe garantir a liberdade de criação e de



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

crítica. No momento em que se despede um professor porque suas idéias não se casam com a ordem estabelecida, cria-se, em virtude, um tipo de censura que impede o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura. Mesmo assim, a estabilidade não pode ser para o docente uma entidade precoce. Ao contrário, deve ser um estatuto que o docente haverá de atingir.

**Intervenção de  
José Teodoro Soares \***

Gostaria de retornar uma questão que foi suscitada pelo Governador e que toca de perto às universidades estaduais. Antes de fazê-lo, gostaria de me apresentar para a Professora Eunice Durham. Dirijo hoje uma universidade no interior do Ceará. Antes, quando trabalhava no Ministério da Educação, vim para o Ceará, implantar a Universidade Regional do Cariri, onde passei três anos. No momento, encontro-me, há cinco anos, à frente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que foi reconhecida há dois anos pelo Ministro da Educação.

A UVA hoje tem 4.000 alunos e 250 professores. Desses professores, a partir de um grande esforço, que foi feito com o apoio do governo, contamos agora com 60 mestres e doutores. Isso foi possível, inclusive porque tivemos a participação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECe). Temos alunos de 50 municípios da Região Norte cearense, que se concentram, todos, em Sobral.

A UVA, sendo uma instituição estadual e consciente de que está integrada, sobretudo, com as áreas de 1º e 2º graus, mantém duas escolas em cooperação com a Secretaria de Educação (uma delas, um CAIC), onde a educação se concebe de forma sistêmica. Na UVA, o professor do curso de Pedagogia é colocado dentro do CAIC, trabalhando desde a creche até o 3º grau. Esse trabalho começou no ano passado. Está indo muito bem o entrosamento de alunos e professores de 3º grau com os do 1º e 2º.

Mantemos, além do CAIC, uma outra escola, atendendo a pedido do próprio Presidente da República, quando solicitou aos reitores, naquela reunião que nós tivemos com ele no começo do ano, que as universidades adotassem escolas para resolver o problema da universalização não só da educação básica, como também do ensino médio. Problema que é o gargalo do ensino em nosso País. Nossa Universidade mantém 1.000 alunos de 1º e 2º graus. E mantém também um **campus** avançado de difusão tecnológica.

- 
- Reitor da Universidade do Vale do Acaraú, em Sobral (Ce) e Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho de Educação do Ceará.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A idéia que temos não seria criar uma estrutura mas abrir cursos do interesse da população. Nosso trabalho vem se permeando de duas características. A primeira diz respeito à parceria com as prefeituras da Região. Utilizamos-nos das estruturas físicas tanto da Secretaria de Educação do Estado quanto das Secretarias Municipais de Educação. E, nos municípios, estamos mantendo Curso de Licenciatura Plena, Esquema I e Esquema II, com estratégias de educação à distância e por módulos.

Num período do ano, realizamos esse trabalho modulado em três **campi**: Nova Russas, Santa Quitéria e Acaraú. E, nos outros dois períodos do ano, nós fazemos turmas itinerantes, dentro da idéia aqui sugeridas. Há a idéia de atender à demanda da região com cursos pós-secundários de interesse imediato da população. Por exemplo: de enxertia, minhocultura, caprinocultura leiteira, primeiros socorros, computação, enfim aquilo que os perfeitos pedem e é uma necessidade. A Universidade, com os seus professores e alunos, tem marcado presença em algumas áreas-pólo da Zona Norte do Ceará. A parceria, pois, é a primeira característica.

E a outra apóia-se na concepção que temos da universidade como um espaço aberto onde devem circular, permanentemente, os professores, aproveitando-se, ao máximo, sua capacidade ociosa. Ontem, o Governador colocou uma questão: por que a Universidade Federal do Ceará não descentraliza para Sobral quarenta vagas do Curso de Medicina? Cria-se o curso, e a UVA continua com ele mais tarde. Já é pela segunda vez que o Governador nos interpela nessa direção.

Nós já fizemos uma reunião com o Reitor Roberto Cláudio (da UFC), fazendo essa proposta. Nosso desejo é que a UVA entre em integração com a UFC e a UECe, em Sobral. E que vagas, porventura ociosas, aqui possam ser preenchidas em Sobral. O mesmo raciocínio poderia ocorrer com cursos altamente concentrados aqui em Fortaleza. Por que não fazer esse consórcio de universidades? Por que não aglutinar alunos da UNIFOR, da UECe e da UFC, compondo uma turma, em Fortaleza, com alunos das três universidades? O que a senhora acha desses vasos comunicantes da universidade? O que é que a senhora acha dessa provocação do Governo? De minha parte, acho que é uma oportunidade que teríamos para a interiorização do ensino médio e outros cursos de interesse da Universidade.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**Intervenção de**  
**Roberto Cláudio**  
**Frota Bezerra \***

Eu queria fazer uma pequena digressão com relação ao quadro que encontrei, como Reitor da UFC, em nosso Estado. A primeira provocação repetiu-se aqui, de forma muito oportuna e bastante mitigada, vinda da parte do Secretário Antenor Naspolini, ao nos indagar (como tem feito em outros momentos) a respeito dos dados assustadores e vergonhosos que temos, no Estado, relativos à educação básica.

A UFC está plantada, neste Estado, há quarenta anos. E talvez seja este o momento em que, de maneira mais forte, ela se compromete com a educação básica. Realmente, é uma coisa triste. E, como cidadãos, envergonhamo-nos e estamos dispostos a colaborar, juntamente com o Secretário de Educação, estudando formas alternativas de tornar viável esse movimento de uma forma mais concreta.

Há, por outro lado, um ponto que merece uma reflexão mais vertical. Refiro-me à diuturna cobrança que o empresariado de nosso setor produtivo vem fazendo às universidades (não só à UPC mas, sobretudo, às estaduais), instigando-as a dar respostas a algumas questões que, a meu ver, estão sendo postas de modo incorreto. Na maioria das vezes, são convocações muito genéricas a demandas do setor produtivo, às quais essas universidades não estariam respondendo a contento.

Diria se tratar de uma cobrança perversa, ao menos no que respeita às universidades mantidas pelo Estado. E isso porque o quadro em que elas vivem não apresenta, de modo algum, condições compatíveis com essa expectativa. São extremamente insignificantes os investimentos nelas feitos tanto na área da formação de recursos humanos quanto na infra-estrutura indispensável ao desempenho de seu papel. É, portanto, no mínimo estar se cobrando resultados quando, historicamente, desde a sua criação, não contam elas com investimentos condignos feitos pelos governos.

- 
- Reitor da Universidade Federal do Ceará



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O que percebo, no grupo de dirigentes tanto dessas instituições quanto do Governo Estadual, é que a resposta aos problemas todos dessas instituições estaria num modelo de gestão similar ao posto em prática pelas universidades paulistas, coisa que vem sendo por todos alimentada com o esperado efeito de uma autêntica panacéia. Aí, uma preocupação: de que adianta valer-se do modelo paulista, sem um correspondente (e estável) programa de investimentos, em nossas universidades? Dar-lhes autonomia, sem calçá-las com investimentos compatíveis com as expectativas que delas temos, é uma temeridade. Elas não irão dar resposta alguma.

Ainda dentro desse quadro de cobranças e expectativas é que gostaria de abordar a questão do sistema de ensino superior cearense. Na verdade, em nossa sociedade, jamais nos assistiu o pressuposto da racionalidade de um funcionamento articulado entre as instituições universitárias de nossa terra. Isso se aplica à UFC, às estaduais, à UNIFOR e às faculdades particulares, recentemente instaladas. O que é perceptível, historicamente, é que temos o afã de criar instituições de ensino superior, no Ceará. E parece que esse ímpeto precede a tudo o mais. Até mesmo, à necessidade social de criá-las.

É como se isso nos marcasse culturalmente. Como se a criação de uma escola superior fosse um indicador do grau de desenvolvimento de um município, capaz por si só de resolver todos os problemas. Como se, pela simples presença de uma de tais instituições em seu território, estivesse o município a dizer de sua importância sobre os demais.

Isso faz parte de nossa cultura política, a ponto de toda cidade querer uma instituição universitária para, supostamente, resolver-lhe os problemas. E a verdade é que, como aqui, há pouco, nos mostrou o Secretário Napolini, a solitária presença de uma unidade universitária, numa região, não é garantia de que nem mesmo nossos dramáticos problemas com o ensino fundamental estejam resolvidos.

Após esse intróito, gostaria de colocar para a Professora Eunice Durham algumas questões: que estratégias poderíamos desenvolver na construção de um modelo para o sistema universitário cearense? Ao falar de modelo, não me refiro a algo fechado. Ao contrário, tenho em mira uma coisa mais ampla, que abarque todo o complexo da educação superior no Estado. Não podemos, nessa questão, nos prender às premências, pressões e provocações que se limitem às universidades mantidas pelo Governo Estadual. E, além disso, que ações poderíamos desenvolver, no Ceará, de modo a chegarmos a uma solução realmente sustentável. Falamos muito em “sustentabilidade”. E o que me preocupa, no caso, é que o conceito de “autonomia”, sem o recurso a



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

mecanismos paralelos que a sustentem, não tenha a sustentabilidade que estamos buscando para as nossas instituições universitárias, no Ceará.

**Intervenção de  
Murilo Martins \***

Por duas vezes, aqui, ouvi a Professora Eunice Durham falar em “institutos de pesquisa” ou “de tecnologia”, fora da universidade, como local onde pudesse se desenvolver a pesquisa. E me lembro que, até bem pouco tempo atrás, era um pecado mortal dizer-se isso. Tínhamos de dizer que entre o ensino e a pesquisa existe uma indissociabilidade... Sobre isso, gostaria de sua opinião. Pelo visto, parece que as coisas estão mudando.

A segunda pergunta vai ainda na mesma direção, ou seja, da flutuação dos conceitos. Até pouco tempo atrás, éramos funcionários públicos. Passamos uma época sob a CLT. Depois, acabaram com isso. Voltamos, novamente, a CLT. Quando entrei na universidade, encontrei o Regime Jurídico Único. Depois, houve uma época que abriram concurso para o regime de CLT. Era todo mundo entusiasmado com o novo regime. Aí, todos terminaram optando por ele. Agora, volta-se novamente para Regime Jurídico Único. E, aqui, o Professora Eunice Durham sugere o retorno à CLT...

Parcialmente, acho até interessante essa flutuação. Mas gostaria de nela me situar, informando-me das tendências modernas do atual Ministério da Educação. E, mais uma coisa. Um ponto me chamou a atenção na exposição da Professora Eunice Durham. Ela disse que planejamos muitas coisas. Só não planejamos os meios de que necessitamos para fazer essas coisas.

Freqüentemente, sabemos que um curso é muito procurado, pelo número de alunos que se inscrevem no vestibular. Hoje, um dos cursos mais procurados é o de direito. Houve um passado em que quem nada queria procurava justamente direito.

- 
- Vice-Reitor da Universidade Federal do Ceará



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Minha pergunta, então, vai nessa direção. Não é interessante que procuremos saber quantos profissionais da lei realmente precisamos? De quantos médicos temos necessidade? De médicos, eu sei. Estudos sobre ensino concluíram que precisamos para uma cidade como Fortaleza de 250 médicos para cada mil habitantes. Se passarmos disso, vamos ter médicos desempregados, como aconteceu com a Itália, que tem quatrocentos médicos por mil habitantes e tem quarenta mil médicos desempregados.

No Ceará, estamos abaixo do número de que necessitamos. Estipulamos para o Curso de Medicina, 140 vagas. Mas isso porque é o máximo que temos condições de receber. Mas, seguramente, precisamos de mais. O CRM (Conselho Regional de Medicina) registra cerca de 150 médicos, no Ceará, para cada mil habitantes.

Professor do Curso de Medicina, uma coisa está me preocupando enormemente. É que, ao lado do Curso de Direito, o de medicina é um dos mais solicitados. Hoje, em seu vestibular, o aluno que vem na lista como primeiro desclassificado poderia tirar o primeiro lugar em cursos outros como física, química, matemática, etc. Nessa situação, estamos jogando fora um grande número de cabeças que não estão sendo utilizadas para nada. Esses alunos que pretendem ser médicos acabam indo para outras terras ou abandonando o sonho de estudar medicina.

No ano passado, dos 259 inscritos no CRM, cem eram do Ceará. Um terço, cearense. Muitos deles eram pessoas vindas do Rio de Janeiro, que tem nove faculdades de medicina para uma população de dez milhões de habitantes. Ora, já estamos começando a receber alunos de faculdades que talvez não sejam bem treinados. E o meu pensamento é que o Ceará precisa abrir mais vagas para a área de medicina. Nesse ponto, estou com o Professor Teodoro Soares, Reitor da UVA. Precisamos de mais médicos. Como e onde formá-los, não sei. Se em Sobral ou em Crato, também não sei. Nem mesmo de que forma começar essa formação no interior.

O ponto de partida talvez seja começarmos a criar, no interior, um ambiente propício para o surgimento da presença universitária, nessa área. Medicina é uma área muito complexa. Para se montar um curso na área médica, é necessário que criemos condições de internato, de residência hospitalar, para, só depois, pensarmos na instalação do curso. É fazer como se fez nos Estados Unidos, onde as comunidades começaram com o hospital para, só depois, implantar a faculdade.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## Comentários da Palestrante (II)

Às vezes, fico preocupada com a expectativa que as pessoas têm ante às respostas que dou. Na verdade, são apenas sugestões que tem (é claro) de ser submetidas à discussão. Elas partem de minha experiência. Mas, com a idade, adquiri a necessária modéstia para entender que, muitas vezes, as soluções que apresentamos, sem o conhecimento da realidade local, nem, sempre são o caminho mais viável. Eu não conheço, com profundidade, a realidade do Ceará, de sorte que minhas respostas estão ancoradas nas experiências concretas que tenho de Brasil e de alguns países.

### Consórcios vão melhor se em torno de um objetivo específico

O consórcio entre instituições universitárias tenho visto funcionar melhor quando ele tem por referência um objetivo específico. Há áreas onde isso é mais fácil. Por exemplo, nos projetos de pesquisa. Diante de um problema, quer-se reunir um grupo de pesquisadores de diferentes setores do conhecimento. Recorre-se, então, a uma grande universidade. Isso é factível e tem funcionado.

Com base em minha experiência pessoal, posso testemunhar. Cada vez que temos uma pesquisa de maior envergadura, a gente sai da USP e cria um grupo paralelo fora dela. Convida pessoas da UNICAMP e de outras instituições e realiza a pesquisa.

A pesquisa parece-me a área de maior liberdade. Nela, é comum a comunicação entre docentes de diferentes instituições. E ela abre perspectivas de uma integração para além das instituições e do Estado, na Região, no País e até fora dele.

Outra área com vocação para o consórcio é a dos cursos de especialização. Aí, é fácil a aglutinação de professores de diferentes áreas, instituições e procedências. Em outros casos, acho o consórcio, na prática, uma iniciativa complicada. Mas é provável que o Ceará possa desenvolver um **know how** que supere minha experiência pessoal com consórcios entre instituições de ensino superior...



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

## **Não tem sentido montar-se uma tribo no campo**

Pessoalmente, sou contra a manutenção por universidade de escolas de 1º grau. Para mim, é como se um antropólogo mantivesse, no **campus** universitário, uma tribo para suas pesquisas... O antropólogo, para pesquisar a vida na tribo, tem de ir até ela. De modo análogo, o estudante, para aprender a lidar com escola, tem de ir até à rede real.

Não tem sentido se criar uma rede artificial que, normalmente, se transforma numa escola gratuita de elite. Como isso, não estou de modo algum, querendo afirmar que isso possa estar ocorrendo nas eventuais experiências desse tipo, no Ceará. O que pretendo afirmar é que as instituições universitárias, se querem se consorciar com a rede de ensino, que o façam por outros caminhos, que não os de criar e absorver escolas. Isso tem um preço que costuma ser mais oneroso do que manter escolas da rede comum e, na maior parte dos casos, atende a uma pequena minoria da população.

Confesso que, nesse ponto, é limitada a minha experiência. Mas, nela, não conheço nenhuma das chamadas “escolas de aplicação” que tenha tido um impacto sério nas escolas da região. Além disso, é preciso que, nessa questão, a relação custo/benefício seja levada em consideração. O importante é que a relação entre a universidade e a rede de ensino redunde em mudança. É a alteração dos termos dessa relação que ocasiona a mudança e não o fato de a universidade criar ou encampar uma ou duas escolas.

## **Saltos no ensino a distância presencial**

Outro ponto que merece destaque é a necessidade que tem o Ceará de ampliar sua experiência na área do que chamo “educação a distância presencial”, entendendo por essa expressão a presença de material instrucional, no processo de educação a distância, que possa servir de recurso auxiliar de aprendizagem, na formação dos alunos (por meio do computador, da televisão, dos fascículos e de outros veículos).



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O Ceará é um estado que tem revelada capacidade de empreender saltos. E aí estão notórios exemplos como é o caso da moralização de sua vida político-administrativa. Diante de tantas carências educacionais, que vão do ensino fundamental ao superior, creio que também poderá dar um salto maior, em sua experiência de educação a distância, ampliando-a para os cursos regulares de todos os níveis.

**Diferenciação  
de acordo com  
a eficiência  
de cada um**

Sobre a autonomia. A universidade terá que recuperar a capacidade para manejar seu pessoal: contratar onde precisa e descontratar onde não mais precisa. E ter, inclusive, uma faixa de liberdade na questão salarial. Nessa questão, deve se partir de um acordo básico entre as instituições. Mas deve se dar a cada uma o direito a uma diferenciação de acordo com seu grau de eficiência. Isso estabelece um clima de competitividade saudável.

Não estamos, pois, advogando a união de todos a bater na porta governamental, reivindicando aumentos salariais uniformes e isonômicos, independentemente de sua eficiência, do número de alunos que atende, de seu trabalho ou de qualquer outro critério. Temos de mudar esse esquema.

Sobre os cursos. Sempre que legítima, uma demanda social deve ser atendida pela universidade. Não tendo a clareza (como o Vice-reitor da UFC, Professor Murilo Martins), sobre os cursos jurídicos no Ceará. Mas gostaria de aceitar (por concordar com elas) as ponderações que ele faz sobre a necessidade ou não de mais um curso de medicina neste Estado.

Sobre os primeiros, diria que essa procura tem de ser levada a sério. Os cursos de direito correspondem, como já dissemos, aos cursos de administração em outra linha, mais ampla. Em sua grande maioria, seus egressos não irão, com certeza, ingressar na vida forense, como advogados, juizes ou promotores. Muitos deles irão fazer outras coisas. É que, nesses cursos, recebe-se uma formação geral que é útil para inúmeras profissões outras. Daí a procura, que entendemos legítima.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Tais cursos podem, com relativa facilidade, ser abertos em cidades do interior de porte médio. Diria que valeria a pena serem modernizados, neles se introduzindo um pouco de administração e de aspectos mais contemporâneos da vida sócio-jurídica. Eles poderão contar com pessoal docente local que não precisa estar todo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. É até produtivo que se aproveite a experiência local, pois “experiência”, em toda área de formação profissional, é item que vale tanto quanto o mestrado.

É preferível ter-se, como professor de Direito Processual, alguém com experiência na vida forense nacional, a outro sem prática, embora com doutoramento concluído na Inglaterra. Na verdade, deveriam ser diferentes os critérios de admissão e de promoção de nosso quadro docente, na medida em aqueles se referissem à área básica ou à profissional. Nossa universidade ainda não enxergou isso.

Se uma cidade de porte médio do interior do Ceará deseja ter um curso de direito, poderá ter esse sonho, sem grandes custos. Poderá instalá-lo com um mínimo de docentes em tempo integral (os da área básica e formação geral), valendo-se da experiência dos profissionais locais, em tempo parcial (os da área profissional e de formação específica).

**Entre a CLT  
e o RJU**

Voltemos à questão CLT **versus** RJU. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Entre a estreiteza da CLT, de um lado, e o regime Jurídico Único (tal como hoje existe, com excesso de vantagens e garantias), de outro, há de existir uma posição intermediária, mais sensata.

Na vida universitária, havemos de ter mais flexibilidade do que a de um funcionário público com estabilidade excessiva. Devemos ter um sistema limpo das excrescentes incorporações, que nos deformam a carreira. Devemos, por fim, ter planos de aposentadoria que sejam vistos por todos como racionais.

O problema é que essas coisas não têm sido levantadas. E elas aí estão afetando os governos (sobretudo o federal e os estaduais), exigindo que nos sentemos todos para analisá-lo e resolvê-lo. A aposentadoria precoce (esse é o fato) terminou por decretar a falência do sistema. Hoje, a Universidade Federal do



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Ceará deve ter de trinta e cinco a quarenta por cento de sua folha comprometida com o pagamento dos inativos. E, daqui a pouco, deverá atingir cinquenta por cento.

Não há sistema algum que consiga pagar decentemente seus funcionários se a metade deles constitui-se de inativos. Por isso, hoje se tenta mudar isso a partir da própria Constituição. Pesa-nos, entretanto, uma histórica herança. Infelizmente, esse tipo de aposentadoria irá permanecer na área do ensino básico, e estados e municípios ainda terão que enfrentar esse problema por longo tempo.

Este é um tema que deverá ser aprofundado por este Fórum. Pessoalmente, vejo o regime Jurídico Único, em sua versão atual e aplicado ao ensino superior, como um verdadeiro desastre. Ele estimula a promoção artificial, em vez de inibi-la. Não privilegia nenhum elemento que induza à qualificação. Ao contrário, só serve para criar castas. As universidades que não se pautam por ele funcionam muito melhor do que as que o têm por abrigo. No fundo, ele é um compósito de reivindicações estritamente corporativas que pouco tem a ver com os parâmetros da avaliação, da qualidade e da eficiência no desempenho docente.

É urgente, portanto, que se crie um novo regime. Isso, contudo, não significa que deva o atual Regime Jurídico Único manter-se intocado, enquanto mudanças maiores não vêm. É preciso efetuar, de já, algumas alterações mais urgentes. Na verdade, não é possível se montar um sistema de ensino superior, por sobre um sistema de aposentadoria em que os docentes (no caso feminino) afastem-se, precocemente, de seu trabalho, aos 25 anos de exercício, com salário integral e, ainda, com promoção. Isso não existe em lugar algum do mundo!

Num meio termo entre a CLT e o atual RJU, advogados que as instituições de ensino superior tenham um **estatuto jurídico especial**, para que possamos chegar ao desenho de uma carreira decente, equidistante tanto da irrisória aposentadoria da CLT quanto do exagero que tem sido abrigado pelo RJU. No atual regime, com efeito, três figuras parecem-me perigosas: 1) a estabilidade precoce; 2) a progressão independente da qualificação; 3) a aposentadoria precoce.

Por isso, a necessidade de um equilíbrio, que é possível, desde que levemos a sério a compreensão de que: a) as universidades precisam ser tratadas como entes autônomos (vale dizer, diferentes) para que possam cumprir com sua missão; b) a autonomia haverá de ser usada, no âmbito das instituições de ensino superior, para a criação de um sistema mais racional.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**É na tensão  
que se opera  
o planejamento**

Sobre planejamento. Agora, acode-me uma resposta um tanto maliciosa a respeito do que, há pouco, me perguntavam sobre esse tópico. De princípio, as universidades, no Ceará, devem se articular num fórum como este. Faz-se, a propósito, lembrar. Boa parte da atividade de planejamento se dá é no conflito. Conflito, aliás, é coisa positiva e nem sempre negativa – diga-se de passagem. É na tensão, onde atuam governo, pressões sociais e autonomia da universidade, que o planejamento se opera com maia eficácia.

Nessa dialética, o governo é peça importante. É ele que provê os recursos. Ele tem mesmo é que pressionar a universidade para que ela responda a seus estímulos. A universidade, por sua vez, precisa de certa autonomia para que o diálogo se estabeleça. O que ela não pode é adotar uma atitude de submissão, pautando-se, cegamente, sob a orientação momentânea de um governo. O importante, nesse jogo, é a definição do grau de tensão, que é necessário. Afinal, a universidade não é um ente tão autônomo a ponto de poder fazer o que quer, independente da vontade do povo que, por intermédio do governo por ele eleito, a sustenta.

**Intervenção de  
Guilherme Ellery \***

É com muita alegria que hoje contamos, aqui, com a presença da Professora Eunice Durham. De início, gostaria de tocar num tema que, pelo menos duas vezes, foi lembrado como um dos pontos vocacionados para uma ação consorciada entre as nossas universidades: os cursos de especialização. E, a propósito deles, evoco uma experiência exitosa que tivemos aqui, no Estado.

---

\* Professor da UFC e da UE Ce, Diretor Geral Adjunto do Departamento Nacional de Obra Contra as Secas (DNOCS).



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Durante um certo período, sediamos em Fortaleza, um Núcleo Regional de Especialização. Esse núcleo tinha por tarefa ministrar cursos para todo o Nordeste. Embora tivesse uma demanda externa, em relação ao Nordeste, o público-alvo maior era, de fato, o dos estados nordestinos. O importante é que essa experiência se desenvolvia em regime de parceria: um terço de seus recursos era oriundo da CAPES; um terço, das universidades da Região; o outro terço, da iniciativa privada. Hospitais, por exemplo, custeavam os estudos de seu pessoal. E assim sucedia-se com as escolas da rede privada e as ONGs da área social. Foi uma experiência bem sucedida e creio que poderia hoje ser reeditada em outras esferas de atuação de nossas universidades.

Sobre a cobrança que se faz da universidade, quero dizer que todos esperam que ela dê resposta a tudo, e isso não é possível. O que é possível é que cada instituição possa dar algumas respostas, limitadas essas, porém, a um dado setor e a alguns segmentos. No Ceará, nossas universidades guardam, entre si, um certo grau de complementaridade, que poderia ser mais bem explorada. Os dirigentes universitários têm consciência desse potencial. E um sinal disso são as tentativas de convênios nesse sentido. O que ocorre é que os recursos para essas ações são, regra geral, muito exíguos.

Penso que a busca de uma articulação mais efetiva poderia ser obtida a partir da identificação de alguns programas de interesse estadual e regional e, ao mesmo tempo, das pessoas qualificadas e motiváveis para o envolvimento nessa empreitada. E, aí, vem-me uma questão. Como proceder a uma reorganização da vida interna universitária de modo tona-lá mais ágil e sedutora. Apesar dos salários e das condições, existem ainda, nas salas de aula e nos laboratórios, muita gente que quer apenas um espaço para entrar em comunicação com setores sociais e tentar engajar-se na solução dos problemas. Como, enfim, desburocratizar, encher de alma e otimizar as coisas na universidade?

**Intervenção de  
Ariosto Holanda (II)**

Queria apenas levantar uma questão de ordem. É que deveríamos, ao máximo, aproveitar a presença da Professora Eunice Durham entre nós para aprofundar o tema que é a razão final deste encontro: o desenho de um modelo de gestão para as universidades do Ceará.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Nessa linha, gostaria até em tom de uma necessária provocação, submeter aos presentes alguns parâmetros que, sobre a questão, estão passando por minha cabeça e, sobre os quais, teria o interesse de colher reações.

Penso que poderíamos prosseguir com a idéia de que, às universidades, deve se dar a mais ampla autonomia, no campo administrativo. Isto, é óbvio, evitando-se os excessos aqui já apontados no atual Regime Jurídico Único. Nesse modelo, os dirigentes universitários, respaldados pelo colegiados de decisão interna, teriam o poder de admitir, de demitir, de premiar, de punir etc. As universidades teriam, além disso, recursos por sobre a folha de pagamento (uns trinta por cento de seu orçamento) de modo a que lhes seja garantida liberdade de ação no cumprimento de suas funções.

O Governo, em contrapartida, poderia vir até à universidade e, por exemplo, dizer: “Estamos implantando, na região do Baixo Jaguaribe, no Ceará, um grande programa de desenvolvimento agro-industrial, que inclui a construção lá do maior açude do Estado. Todo esse esforço haverá de contar com a presença de uma escola agrícola, que gostaríamos de instalar na região”. A universidade, então, dentro desse modelo que advogo, ficaria com a incumbência de conceber essa escola e apresentar o projeto ao Governo.

Coisa semelhante poderia ocorrer em relação ao setor produtivo. Digamos que esse esteja necessitando de algumas ações específicas; uma linha de cursos de especialização, por exemplo. Entraria em diálogo com a universidade. O projeto seria feito e financiado pelo setor produtivo. Que modelo seria esse? Isso é o que nos importa, em termo mais operacional, discutir. Um modelo que garantisse, à universidade, a sua liberdade e, à sociedade, a satisfação de suas expectativas em relação ao mundo acadêmico.

**Intervenção de  
Luís Boaventura \***

Para o sindicato que represento, o SINDESP, que congrega os professores das três universidades estaduais, quatro momentos figuraram para nós como autênticos “cavaleiros da esperança”. Primeiro, a assunção da Secretaria

---

\* Professor da UECe e Presidente do SINDESP



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ria de Ciência e Tecnologia por Ariosto Hollanda. Alimentamos ainda essa esperança, pois ele é homem profundamente comprometido com o que prega, vale dizer, a ciência e a tecnologia. Nunca senti que uma pessoa caísse tão bem numa sela quanto Ariosto na SECITECe. Outro grande momento foi a chegada de nosso companheiro de trabalho e amigo pessoal, Marcondes Rosa, à Presidência do Conselho de Educação do Ceará. O terceiro momento foi a criação deste Fórum da Modernidade. E, por último, a vinda, até nós, da Professora Eunice Durham.

Esses quatro momentos, no entanto, começam agora a me cheirar como “quatro cavaleiros do apocalipse”. De fato, há a necessidade de se reinventar as nossas universidades estaduais, pois, da forma como elas estão, a tendência é o seu desaparecimento. Esses quatro momentos foram um sinal de que essa reinvenção necessária iria acontecer. Mas uma coisa começa a nos preocupar. É que sentimos que, nessa história, o servidor público vai acabar tendo o papel do vilão. E o professor, descrito como um personagem que não tem o menor compromisso com a causa social. Justamente o professor de nossas universidades estaduais, conhecido pela sua preocupação com que suas instituições tenham uma função social, identificada com o projeto de um governo em quem, em alguns momentos, queremos acreditar como alguém que lidera um projeto pioneiro e moderno para, de fato, acabar com a miséria do Ceará!

Para nós, é muito difícil acreditar que os senhores pensem ser possível mudar nossa história, sem o comprometimento de um importante segmento, que é o magistério. Iniciar um projeto de modernização da universidade dizendo: “Vais perder teu emprego” ou “estás ganhando demais”, tudo isso está me cheirando àquele “provão” do tempo do *Ciro Gomes*<sup>1</sup>. O que então ocorreu? A falta de adesão e compromisso dos professores fez com que tudo desse em nada.

Vamos pensar juntos! E, por favor, não embarquem na canoa do neoliberalismo, para quem somos os vilões da história. Na verdade, professor não está ganhando bem, e as universidades não estão nada bem. A URCA (que costumo chamar de “a prima pobre das estaduais”), em seu Plano de Cargos de Carreira, não tem espaço nem para professor-adjunto nem para titular. Nela, só se admite que o professor entre como auxiliar e morra como assistente.

---

<sup>1</sup> Referência a estratégia de que se valeu a Secretaria de Educação para detectar, entre os docentes, necessidades no campo da capacidade de recursos humanos.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Mentira? Está na lei. A URCA não tem direito a um único professor em dedicação exclusiva. Mentira? É o que, na verdade, ocorre. Nossos três reitores não têm nem o direito nem a liberdade de exercer a autonomia que, formalmente, lhes confere a lei, ou de que um só ato seu seja publicado no Diário Oficial, sem que o Governo o autorize.

Pensar uma educação de forma diferente e moderna, quando o professor é substituído em sala de aula por um mero “ligador de televisão”<sup>2</sup>? Mas isso é o que ocorre, em nossas salas de aula do ensino fundamental. Se, ao menos esse “ligador de televisão” fosse, de fato, uma pessoa competente em educação a distância e isso ocorresse lá onde há carência de professor, vá lá! Mas isso acontece em plena Região Metropolitana de Fortaleza. Nessas salas de aula, um “ligador de televisão” dá aulas de português, matemática, ciências, história, etc.

Antes de pensar que “professor não presta, que é vilão”, melhor seria cuidar de coisas menores (pequenas, por vezes), que nos dão a impressão que aqui trago e que espero seja falsa. Diante de tudo isso, minha indagação final à Professora Eunice Durham: é possível fazermos educação sem professor? é possível uma universidade sem professor adjunto ou titular e sem dedicação exclusiva? é possível um reitor sem o direito a publicação de um ato seu (por mais simples que seja) no Diário Oficial?

**Intervenção de  
Ariosto Holanda (III)**

Gostaria de fazer um reparo. Em momento algum, qualquer um de nós afirmou, aqui, que professor não presta ou que é vilão. Estamos aqui buscando um modelo que agilize e modernize as nossas universidades. E, em momento algum, o representante do SINDESP aduziu qualquer proposta nesse sentido.

---

<sup>2</sup> Alusão à figura do “orientador de aprendizagem” que, no sistema de educação a distância, posto em prática pela TV Ceará, desempenha, junto às séries (5ª à 8ª), nas escolas públicas do Estado, uma função de apoio à aprendizagem, de forma polivalente, nos trabalhos individuais e grupais.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

É fácil a gente tomar a vereda e a retórica que ele tomou. O difícil são as propostas concretas para uma universidade mais atuante. Depois de tudo, ficamos algumas perguntas; é, por acaso, injusto premiar os competentes e censurar a incompetência? Estariam nossas universidades repletas apenas de iluminados?

Não! Precisamos ter a coragem e a humildade para dizer quando a universidade não vai bem. Quando professores seus esquivam-se de dar aulas e, mesmo assim, ganham vencimentos em dobro. De minha parte, proponho um modelo de liberdade e autonomia para que as universidades gerenciem, com eficiência, a sua máquina. Mas isso, sem abrir mão de estimular a competência e de punir os que não derem conta do recado. É dentro dessa visão que me disponho a repensar a universidade.

**Comentários  
da Palestrante (III)**

Concordo com as reflexões feitas pelo Professor Guilherme Ellery sobre os cursos de especialização como campo vocacionado para o consórcio entre as instituições universitárias. Com ele também concordo quando afirma que a universidade não pode ter resposta para tudo. Ressalvo, apenas, que, quando se trata de demanda social, se tomarmos a universidade como o conjunto de instituições, aí sim, podemos dizer que existem respostas para quase tudo, principalmente se nos referimos à investigação e à pesquisa. Daí, a necessidade de o consórcio se montar sobre projetos concretos e específicos e não sobre bases abstratas e vagas.

**Departamento,  
um equívoco  
histórico**

O professor Guilherme Ellery também levantou uma questão que considero importante: a necessidade de revermos a estrutura interna da universidade. Ao ser chamada para este Governo, iniciava eu uma pesquisa sobre este tema. Na verdade, acredito que o departamento, em nossa universidade, é estrutura que precisa ser revista, embora ele seja ainda visto como uma coisa sagrada.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

O departamento implantou-se, na universidade brasileira, numa importação do modelo norte-americano de universidade. Não funcionou. Definiu-se como uma unidade de ensino e pesquisa. Em realidade, não é uma coisa nem outra. A real unidade de ensino, em nossas instituições universitárias, é o curso. A de pesquisa, é o “grupo de pesquisa”. E tanto o curso quanto o grupo de pesquisa são, por natureza, interdepartamentais. E o que a departamentalização conseguiu, ao invés de integrar as atividades (ditas indissociadas) de ensino, pesquisa e extensão, nada mais foi do que fragmentar a universidade em um universo de disciplinas.

A estrutura departamental, em nossas universidades, foi uma reivindicação da esquerda universitária a que o regime militar atendeu. Nós a defendemos e eu própria fiz parte desse movimento. A bem da verdade, cometemos um equívoco histórico. Talvez não àquela época. Hoje, o departamento é uma estrutura ultrapassada, que precisa ser alterada. As estruturas, afinal, não podem ser eternas.

Quanto à pesquisa, não tive, infelizmente, condições de levá-la avante. Nem sequer elaborei-lhe o projeto. Por isso, não tenho as respostas que buscava. Mesmo assim, tenho a convicção de que, no mínimo, não devemos congelar essa estrutura pensando tratar-se de um totem a grado, porque, a curto prazo, ela terá de ser modificada.

Algumas universidades, de certa forma, já têm ensaiado essa mudança pela criação dos “núcleos de pesquisa” e de outros instrumentos de gestão. São, porém, toscos remendos que, na prática, não encontraram uma convivência harmônica com a estrutura departamental. A invenção de outras formas terá, assim, que ficar com as próprias universidades, na medida em que elas tiverem a oportunidade de praticar um espaço de autonomia maior.

**Estruturas  
mais ágeis  
para o trabalho  
de extensão**

A busca de novas estruturas para a vida acadêmica haverá de ter como pressuposto, além da eficácia do trabalho universitário, a necessidade de construção de nova relação da universidade para com os setores sociais (aí incluído o setor produtivo) e o governo (inclusive a sua área social).



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Há de se admitir que a universidade deva prestar serviços à sociedade e que, por essa atividade, seja ela remunerada. Nessa prestação de serviços, porém, a universidade não pode se descaracterizar, em sua natureza e função. A prestação de serviços tem de ser encarada como uma atividade de extensão, associada por natureza à pesquisa e ao ensino. Em outros termos, ela é uma extensão da pesquisa e do ensino postos em execução pela instituição universitária. A universidade não pode perder isso de vista, transformando-se numa convencional prestadora de serviços.

Para que ela, no entanto, cumpra com essa função extensionista, haverá de contar com estruturas mais ágeis. E, no País, já podemos encontrar exemplos de escritórios para o gerenciamento de tais atividades, em Campinas, Santa Catarina, Paraná e em outras localidades de nossa Federação.

Volto à intervenção do Secretário Ariosto Holanda, no tocante à figura do contrato de gestão. A filosofia do contrato de gestão é essencial. Isso, no entanto, não pode implicar na privatização da universidade. Temos de embutir as vantagens do contrato de gestão na estrutura de autonomia, preservando-se, contudo, o caráter público da instituição (se ela o for, é claro). Essa é uma distinção que é oportuno que a façamos.

Impõe-se ainda, na questão da prestação de serviços, que se distingam (e essa é uma distinção fundamental) as diferentes áreas universitárias. As áreas mais vocacionadas para uma relação com o setor produtivo são as de administração e economia, as engenharias (a área tecnológica) e as ciências agrárias. São áreas que precisam de um contínuo contato com o setor produtivo, a ponto de não progredirem se não tiverem essa interação.

Um amigo meu, professor de barragens, na área das engenharias, queixava-se: “Não posso construir barragens, dentro do **campus** e com as verbas da universidade. Ou tenho uma relação com o setor produtivo ou com o governamental, ou não tenho como adquirir competência nessa área”.

Existem, por outro lado, áreas que se vocacionam para uma relação mais estreita com o Poder Público. Saúde e educação, por exemplo, relacionam-se melhor com a área dos governos. Muito mais do que com as empresas privadas. Ora, se temos, dentro da universidade, essa duplicidade de vocação, teremos que levá-la em consideração. Daí porque concordo com a flexibilidade de modelo implícita nos parâmetros propostos pelo Secretário Ariosto Holanda.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Em realidade, a autonomia administrativa e financeira é instrumento indispensável para a modernização e a eficiência de nossas universidades. O peso das normas burocráticas importa em um atraso na prestação de serviços. E note-se que não estou, aqui, me referindo apenas aos serviços externos, mas também aos internos. Aliás, uma das medidas que eu gostaria do Governo é que acabasse com a atual lei das licitações. Essa lei foi concebida para quem vai construir barragens. Mas terminou por se aplicar na compra de um simples lápis, que, por bom senso, poderia ser um processo que adotasse um ritual no mínimo diferente.

Refiro-me, pois, a esse tipo de amarra que obriga todo dirigente a recorrer ao Congresso, às Assembléias Legislativas, aos governadores, toda vez que se vai, por exemplo, trocar alguém de função. Esse é, sem dúvida um processo pouco racional, que, de modo algum, será capaz de promover a qualidade e que, ao invés, atrapalha enormemente o serviço público.

**Reserva de recursos  
para a indução  
ao desenvolvimento**

Em um ponto, parece que estamos todos de acordo: havemos de ter um modelo de gestão que, às universidades se assegure autonomia administrativa e financeira. Resta-nos agora definir outro aspecto relevante dessa questão: como conciliar esse modelo com a necessidade que tem a universidade de responder às demandas sociais.

De fato, é aí que residem as desvantagens do elogiado modelo paulista, que não prevê essa hipótese. Nele, com efeito, garante-se um financiamento ao cotidiano básico das instituições, dando-se a essas plena autonomia. No entanto, nada se estabelece quanto a futuros projetos de desenvolvimento.

Nossa idéia é a de um modelo em que, do total dos recursos assegurados às instituições de ensino superior, uma parcela seja reservada para esses projetos. Nessa área é que entendemos devam se abrir espaços para o diálogo e a interlocução entre instituições universitárias, governo e sociedade. E, para essa tarefa, a existência de um fórum comum poderá ser um forte instrumento na consecução de uma racionalização maior no processo de expansão posto em prática.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

As pressões maiores, em geral, partem de fora do ambiente universitário: da sociedade, por vezes, e do governo, quase sempre. É usual que o governo aja mal, pressionado por interesses políticos menores. E, aí, o poder de pressão do Fórum pode desempenhar um papel importante.,

Tomemos, para maior explicitação dessa idéia, o exemplo citado pelo Secretário Ariosto Hollanda: a necessidade de se criar, numa dada região do Ceará, um Centro de Desenvolvimento de Ciências Agrárias. Esse é um projeto concreto, para o qual tem de se assegurar uma reserva, dentro dos recursos destinados, por vinculação, ao ensino superior no Estado. Tal financiamento irá recebê-lo quem tiver porventura condições e disposição para executar esse projeto. Se, entre as instituições do Sistema Universitário Cearense, nenhuma a tal se dispuser, será convocada, fora desse círculo, quem tiver condições de aceitara incumbência.

A verdade é que um certo espírito de competitividade é importante e deve ser estimulado. Preferencialmente, entre as próprias instituições no Estado. Mas isso não necessariamente, quando, então, deverá abrir-se para um círculo maior, até fora do Estado.

E imprescindível estabelecer-se que todo financiamento às instituições de ensino superior esteja associado a um desempenho mínimo por elas. Há indicadores que têm, basicamente, de ser observados: os alusivos à relação entre o número de professores e o de alunos; entre o quadro técnico-administrativo e a população discente, entre outros. A partir da satisfação desse patamar mínimo (que tem caráter indutor), deve-se dar plena liberdade às instituições, em suas decisões e ação.

## **O docente há de ter um perfil específico**

Temos, sim, de “reinventar a universidade”. Mas é oportuno que se advirta. Contamos, no caso, com uma herança forte e pesada. E, por mais que o desejamos, não nos será possível, no processo de mudança da vida universitária, partir da destruição (ou da desconsideração) do legado que nos deixaram. “Reinventar a universidade”, assim, há de implicar numa gradual transformação, que é prudente que seja lenta, impossível de ser instantânea.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Nessa transformação, um desafio é importante: o de desfazer a confusão reinante entre o docente universitário e o funcionário público comum. Decerto que o professor de nossas universidades públicas é um servidor público. Ele, porém, não pode ser confundido com o convencional funcionário da administração direta. Este tem um perfil próprio, que obedece a regras tais que o tornam mais substituível que um docente, cujo trabalho e cuja carreira não têm sentido que sejam colocados no mesmo patamar do trabalho e da carreira de um funcionário comum.

Há um dado que, em nossa discussão, temos aqui esquecido: que a universidade é um local onde se visa à competência. Conheço bem a universidade brasileira e, com segurança, posso afirmar: sua margem de incompetência tem sido, ultimamente, abusiva.

Uma certa dose de incompetência existe em todo lugar. E, dentro desse contexto, a universidade não é, em princípio, nem melhor nem pior que as demais instituições. Mas é que, nos últimos tempos, ela tem se protegido dos olhares externos de tal forma que, dentro dela, se tornou mínima qualquer cobrança. Nela, hoje, é excessivo o número de professores que não dá aula, que não faz pesquisa, que não leva a sério as suas obrigações, numa verdadeira praga a ser combatida.

Isso, no entanto, não deve se converter em um pretexto para que paguemos mal aos professores. Ao contrário, a terapêutica tem de ser buscada pelo caminho inverso da valorização do professor. Esse é o comportamento que o governo (pelo menos o federal) está tomando como paradigma, a partir do ensino fundamental.

Sem valorizar o trabalho do professor, nada se pode fazer. Temos de valorizá-lo a partir de seu salário, que de pouco vale ser compensado com uma aposentadoria precoce, após 25 anos de trabalho mal pago. Hoje, paga-se mal a quem está trabalhando, que só passa a ser remunerado condignamente ao deixar o trabalho, após aposentado. Aí, sim, recebe o topo salarial, após passar a nada fazer!

Curiosa, essa lógica! O professor ganha mal. Mas custa mais do que ganha. O problema é que temos um sistema de carreira e promoções marcado perversamente pelo corporativismo (no sentido pejorativo do termo). Por esse sistema, inventa-se uma série de benefícios que acabam com toda a isonomia salarial, ao privilegiar uns poucos, independentemente da competência, do desempenho ou da real dedicação ao trabalho que possam ter.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Essa lógica tem de mudar. E, para isso, à universidade há de se dar competência para isso fazer, por meio de um sistema que preveja um mínimo de condições de carreira e que seja compatível com a necessidade tanto de se ter um salário condigno quanto de que esse salário seja entendido como uma retribuição a um serviço que é exercido de forma digna, com respeito ao aluno.

**Intervenção de  
Tarcísio Pequeno \***

Minha participação nesse debate, gostaria de centralizá-la na concepção de uma universidade para o Estado do Ceará. Tentarei uma síntese do que aqui sinto esboçando-se. Naturalmente que isso, sob o inevitável viés de minha ótica pessoal...

Após algumas andanças fora daqui, pelo Brasil e por outros países, para mim ficou claro: o Ceará, embora disponha hoje de cinco universidades, não comportaria, a rigor, mais do que uma só delas. Universidade (todos sabem) é equipamento caro e, em nosso caso, a sociedade cearense talvez não tenha condições de manter mais do que uma delas. Por outro lado, parece igualmente claro que nenhuma sociedade (e não somos exceção à regra) poderá desenvolver-se sem o concurso de uma universidade.

Em síntese, se não temos condições de manter várias universidades, correndo o risco de não termos nenhuma, tampouco podemos passar sem uma delas. Conclusão: precisamos de uma universidade racionalmente bem construída.

Nisso tudo, há um dado a considerar: o legado que nos deixou o passado. E, se há uma realidade que não se pode desconsiderar é a realidade do passado. Podemos dar-lhe um novo direcionamento daqui por diante mas, jamais, deixar de levá-lo em consideração. Nossas universidades aí estão. Pouco importa se foram ou não criadas por objetivos meramente políticos ou frutos de equívocos passados. Quais que sejam, têm de ser o ponto de partida de nossa ação.

---

\* Professor da UFC e Assessor da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Dentro desse objetivo, creio que, aqui, está se esboçando uma sugestão que poderia se traduzir na seguinte formulação: é preciso que construamos a **Universidade do Estado do Ceará** sem que, com esta expressão, queiramos significar esta ou aquela instituição e, nem mesmo, necessariamente, uma “universidade”. Ela poderá até configurar-se como uma “universidade virtual”, sob o formato de um “**Sistema Universitário Cearense**”.

Esse, o nosso grande desafio que, a esta altura, já nos parece um consenso: criar, no Ceará, uma universidade cujas peças tenham, entre si, uma ação complementar.

O consenso, entretanto, já não é o bastante. É preciso que ele tome dimensão operacional. E esse esforço há de contar com um trabalho coordenado. Nessa direção, dois mecanismos, previstos na estrutura organizacional do Estado, extremamente importantes, poderiam ser mais bem explorados: 1) o Conselho de Educação do Ceará; 2) o sistema SECITECE/FUNCAP.

O Conselho de Educação do Ceará poderia exercer uma planejada ação normativa, com vistas a regular, entre as instituições, um papel complementar, de modo a evitar desperdícios, duplicações e coisas do gênero. A Secretaria de Ciência e Tecnologia e a Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa, por seu poder de estímulo, indução e fomento, poderiam assegurar uma integração mais forte entre os organismos universitários do Estado.

Gostaria agora de descer um pouco a questões mais pontuais. Falou-se muito, aqui, da importância do papel que tem a universidade de formar quadros para o Estado, pondo-se em relevo, dentro deles, a formação de professores para o ensino básico. Sobre o tema, há um aspecto para o qual queria chamar a atenção.

Na verdade, existem coisas que, mesmo que cheguemos a um planejamento integrado de nossas instituições universitárias, em um único sistema, fogem elas à esfera de decisão de âmbito puramente universitário. Mesmo que as universidades concebam e abram cursos mais flexíveis, na área da formação de professores, não deixarão de correr o sério risco de não ter clientela para eles. Há, nesse tocante, um fato a considerar. A carreira de professor de 1º e 2º graus está praticamente extinta, entre nós, por força de seus baixos salários e do aviltamento a que foi relegada essa profissão. Tal o desprestígio, que na carreira hoje inexistente.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Isso significa que um jovem de bom senso não irá jamais procurar uma universidade para se preparar para o magistério, se ele tem condições para ingressar em um curso de medicina, de direito ou em outro de igual prestígio, em nossa sociedade. Essa, pois, é uma questão que merece uma reflexão e um planejamento que envolva uma integração mais ampla da universidade com os setores governamentais e sociais, de modo a não só dar-se uma resposta às necessidades sociais como a se aproveitarem os recursos humanos em cuja formação se investiu.

Existe, nessa questão, um outro aspecto a ser levado em consideração e que, no fundo, reflete também a visão compartimentada que, infelizmente, se instalou, em nossa sociedade e, em particular, em nossas universidades: o da cartorialização das profissões, que se reflete na própria concepção curricular de nossos cursos superiores.

Ora, é tarefa universitária projetar o amanhã, antecipando-se na formação dos recursos humanos a ele necessários. Nessa tarefa, ela terá de abrir carreiras e cursos novos, não necessariamente os do presente. E, para isso, ela terá de ousar, de armar-se de um dinamismo tal que a obrigue a articular, de forma criativa, os recursos de que dispõe, na preparação de pessoas para profissões que inexistem, que sequer têm denominação, fato que já vem ocorrendo no chamado Primeiro Mundo. São, no entanto, profissões que, fatalmente, existirão, impostas a uma virtualidade iminente, em nossa sociedade amanhã.

Quero, por fim, registrar minha posição sobre o conflito existencial do professor universitário: sua dupla face de pesquisador e cientista, de um lado, e de funcionário público, de outro. Para mim, essas duas faces não se casam bem. A profissão de professor universitário é muito especial. E eu concordo com a afirmação de que estamos conquistando, muito cedo, a estabilidade, ao prestarmos o concurso de ingresso. Isso, de fato, não existe em lugar nenhum do mundo.

Sou também favorável à autonomia administrativa e financeira da universidade: poder ela premiar e punir. Desde, porém, que as decisões se submetam a critérios inteligentes e se desenhem, sob medida, para a carreira acadêmica. Penso, finalmente, que a estabilidade docente deve ter, por critérios básicos, os da competência e do mérito.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Intervenção de  
Manuel Osório Viana \***

Para mim, é uma felicidade ter aqui a Professora Eunice Durham. Ela foi uma das mentoras, nas idéias relativas ao desenvolvimento sustentável, quando participou do Programa de Lideranças para o Meio-ambiente e Desenvolvimento, do qual faço parte.

Aqui, de forma interessante, ela feriu (tendo a coragem de derrubá-los) alguns mitos, como as questões relacionadas à autonomia, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entre outros. Sobre isso, gostaria de aduzir alguns pontos.

O primeiro deles, relativo à autonomia, é que a universidade conquiste liberdade com relação ao governo, jamais lhe será possível essa conquista em relação à sociedade. E isso nos leva à questão do compromisso com a região onde ela se encrava. Em nosso caso, inserimo-nos na Região do Semi-árido. Faz quarenta anos que, entre nós, a universidade firmou sua presença. É oportuno, portanto, que indaguemos: nesse período, qual a contribuição que ela deu a esta região?

Se soluções não houve, não foi pela falta de pesquisas. Elas até que foram abundantes: mais de doze mil, no período. E isso, sem contar com as que realizaram outros órgãos de desenvolvimento regional (DNOCS, BNB, SUDENE, entre outros). Sentimos, porém, que as soluções não andaram a contento pela ausência de uma integração maior entre essas instituições. Na verdade, pouco interagiram, até aqui, as universidades entre si e com os órgãos governamentais, na pactuação de uma política e de uma ação, com vistas a levar os resultados dessas ao setor produtivo e à área social. Falta-nos, pois, extensão tecnológica, tanto na área industrial quanto na rural.

A Professora Eunice Durham pôs por terra o mito de que cada instituição universitária tem de ter, indissociados, o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela nos demonstrou como essa indissociação pode se transpor ao nível do sistema universitário mais amplo, isto é, instituições diferentes podem trabalhar de forma complementar, dentro de um mesmo sistema. Em nosso caso, essa complementaridade se impõe, sobretudo porque temos poucos recursos que poderão se racionalizar.

---

\* Professor do Curso de Economia da UFC



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Que as diversas instituições do Estado, a partir dessas sugestões, pactuem acordos no sentido dessa complementaridade. As universidades, sozinhas, não dispõem de recursos para um trabalho mais sólido de extensão. Podem usar os alunos como mão-de-obra (os quais, por essa via, poderão retribuir o que a sociedade neles investe) e, em troca, receber o aporte de recurso dos órgãos governamentais. Aí, sim, ensino, pesquisa e extensão poderão alcançar novos patamares de indissociabilidade.

Outro problema relacionado com a gerência de nossas universidades está no fato de que elas não têm um planejamento de suas pesquisas. Cada pesquisador faz o que lhe dá na telha. Não existe, nem mesmo, um plano mais geral, que defina em que direção devam ir as pesquisas, na instituição. Isto, se é válido no âmbito de cada instituição, também o é sob a perspectiva global de um eventual sistema de ensino superior, no Estado.

Penso que, felizmente, algumas idéias têm surgido nessa direção, desde o tempo da realização da ECO-92, consubstanciadas no Projeto Áridas, em cujo caudal, duas de nossas universidades (a UFC e a UECe) tentaram criar dois institutos com essa finalidade: o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (na UFC) e o Instituto do Semi-árido (na UECe).

Parece que chegamos ao tempo em que essas idéias devam se retomar, transfiguradas, agora, sob os parâmetros da integração e da complementaridade. E este é o apelo que deixo aqui. Que se criem espaços para que os especialistas de várias áreas se reúnam, numa atitude transdisciplinar, orientados na busca de soluções para o semi-árido.

**Intervenção de  
Jaime Alencar \***

No ceará, o objetivo maior das três universidades estaduais é, sem dúvida, a formação de professores. Por falta de planejamento talvez, temos aqui em Fortaleza, um excessivo número de professores desempregados, enquanto que registramos uma grande carência deles no interior.

---

\* Professor da UECe, representando, no Encontro, a Associação dos Professores Oficiais do Estado do Ceará (APEOC)



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Recentemente é que, no interior, envolvemos a UECe e prefeituras em parceria, com o intuito da capacitação de docentes. Uma dessas experiências exitosas instalou-se na região do Sertão Central. Hoje, esse trabalho não se limita à UECe. A UVA o desenvolve também, em áreas geográficas de sua atuação. Essa é uma questão que pressupõe planejamento e que envolve os aspectos da definição do que deve ser feito, com quem fazer e do compromisso com o fazer.

Quanto ao contrato de gestão, defendido pelo Secretário Ariosto Hollanda, creio que sobre ele paira o mesmo fenômeno ocorrente com alguém que não gosta de verdura embora nunca a tenha comido. As pessoas precisam conhecer essa idéia de estarem contra ela. E este nos parece o momento propício para, sobre ela, aprofundar a discussão.

Na verdade, vivemos, no Ceará, um momento propício à educação. Ontem, por duas vezes, ela foi tema de discussão entre nossas elites empresariais: de manhã, com o Secretário Antenor Napolini, no Pacto de Cooperação<sup>3</sup>, sobre ensino fundamental; à noite, com a Professora Eunice Durham, sobre a questão universitária cearense. E, nessas duas ocasiões, a formação docente foi fonte de preocupação.

Um outro aspecto dessa questão. Temos centenas de professores desempregados, nas áreas de português, história e geografia. Enquanto isso, faltam-nos profissionais nas áreas de matemática, física, química e biologia. A Secretaria de Ciências e Tecnologia, em articulação com a de Educação Básica, vai treinar docentes nas áreas científicas. Não seria oportuno dar oportunidade, nesse treinamento, a um remanejamento de pessoal, aproveitando os que estão desempregados?

**Intervenção de  
José Albésio de Lima \***

Minha intervenção é específica. Refere-se às universidades federais, sem as quais, um plano de desenvolvimento sustentável não terá qualquer sustentação.

---

<sup>3</sup> Entidade que congrega empresários, intelectuais e representantes governamentais, para discussão sobre problemas atinentes ao desenvolvimento da sociedade cearense

\* Professor do Centro de Ciências Agrárias da UFC



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Minha preocupação recai por sobre a aposentadoria precoce que, nessas universidades, é resultante do estímulo que a ela se dá. O governo, ao contrário, deveria procurar inibi-la. Na verdade, a evasão de professores qualificados acarreta um grande prejuízo aos cursos de pós-graduação e graduação. E quando uma universidade tenta contornar esse problema, reintegrando os professores em suas próprias vagas, é impedida de fazê-lo.

Ora, esses docentes estão, quase sempre, no auge de sua capacidade produtiva. Não têm, no entanto, a mesma motivação de quando jovens, para reiniciar sua carreira. Por isso, deveriam ser tratados de outra forma, mais criteriosa, que os aproveitasse à altura de sua posição: na qualidade de professor associado, de visitante ou categoria similar.

**Intervenção de  
Marconi Borges \***

Gostaria de dar aqui um testemunho sobre uma experiência vivida no tocante à formação de professores para o interior cearense. Ao assumirmos a Prefeitura Municipal de Senador Pompeu, no Ceará, esse era o quadro educacional: os professores recebendo os mais aviltados salários e muitos deles assinando a folha de pagamento com o polegar...

Nesse quadro, tivemos de adotar algumas drásticas medidas: pôr para fora esses “professores”, abrir concurso público e iniciar, de modo diferente, uma nova postura administrativa. Na verdade, havíamos recebido um município acéfalo, sem registro ou estatística alguma, sem que soubéssemos por onde começar. Pessoalmente, não tenho formação de político. Sou empresário. Não **sou**, pois, prefeito. Como Eduardo Portella, melhor diria que ... **estou** prefeito.

De princípio, levantamos alguns dados: população com trinta mil habitantes. Destes, dezesseis mil indigentes e 9.200 aposentados. No meio rural, a maior concentração de analfabetos. E aí um dado para informação da Secretaria de Política Educacional do MEC: que, em realidade, esses analfabetos, em sua maioria, já não estão mais lá. Isso porque o perfil da família

---

\* Prefeito Municipal de Senador Pompeu (Ce).



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

rural é este: um casal de velhos, a filha e os netos. O filho e o genro já se foram de lá! Nossos analfabetos não são apenas analfabetos lingüísticos. São analfabetos de tudo: de tecnologia, de conhecimentos gerais e de linguagem.

Na administração pública de Senador Pompeu, encontramos uma situação de autêntica bagunça. Chegamos a afastar 670 “professores” e, com isso, fizemos 670 inimigos. Aí foi que procuramos a Universidade Estadual do Ceará que conosco colaborou na montagem do concurso público. Graças a isso, todos os professores hoje são concursados e têm seus salários significativamente elevados para o padrão de um salário-mínimo, quando antes eram de valor ínfimo. Em compensação, meu índice de popularidade, por força de medidas assim, foi lá para baixo...

Enfrentamos outro desafio: informatizar o município. E o fizemos nas áreas de educação, saúde e na área administrativa. Mas essa iniciativa nos trouxe um outro problema: quem operar os computadores. E não houve outro meio senão o da importação da mão-de-obra que, por vir de fora, não deixou de nos acarretar reações de antipatia.

Hoje, em Senador Pompeu, já temos quem opere os computadores, embora ainda não tenhamos cursos na área. Mas o que, em realidade, ocorreu é que o pessoal contratado para o sistema de informatização do município terminou por ir formando, pelas vias de uma capacitação informal, o pessoal da terra, criando um contingente de mão-de-obra que se capacitou com a própria prática.

Tudo isso levou-nos a uma convicção: a de que só existiria uma via possível para o desenvolvimento do município, a educação. Foi aí que resolvemos procurar o Reitor da UECe, o Professor Paulo Petrola<sup>4</sup> e tentar lhe vender a idéia de criação, em Senador Pompeu, de um **campus** avançado da UECe, num esforço conjunto entre os sete municípios que compõem a região do Sertão Central cearense. Foi aí que ele me fez o seguinte desafio: “Consiga o envolvimento dos demais municípios que aceitamos a parceria. E, em Senador Pompeu, que é o centro geográfico da região, instalaremos o **campus**.”

---

<sup>4</sup> Nome pelo qual também é conhecido o Professor Paulo de Melo Jorge Filho.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Assim foi feito. E, sem recursos maiores (da União ou de outras fontes) lá está o **campus**, num esforço conjunto entre o Estado e os municípios da região. Tudo isso, feito no grito, no berro e na marra! E, graças a isso, ele está funcionando. De lá para cá, não paramos de construir. O esforço inicial já foi dobrado. E, agora, estamos construindo mais dez salas de aula, auditório, laboratórios e já adquirimos outra área para triplicar nossa capacidade de atendimento.

Vai dar frutos? Tenho certeza. Fui educado no interior. E minha formação primária foi feita na escola pública. Meus contemporâneos nessa escola hoje são pessoas tidas como vencedoras. São médicos, engenheiros, advogados que, no entanto, tiveram de deixar o interior para estudar em centros mais adiantados. Os que lá ficaram, entretanto, que não tiveram essa oportunidade, sentem-se como antes derrotados. E isso se vê a partir de sua postura física.

Move-me, portanto, um sentimento de retribuição. Já que tive a oportunidade de estudar, por que não possibilitar essa mesma oportunidade a outras pessoas? A idéia do **campus** em Senador Pompeu tem, em sua raiz, esse sentimento de retribuição: não apenas com relação aos que vão se formar mas, sobretudo, em relação aos milhares que, por multiplicação, terão acesso à educação, já lá se montou um centro de formação de professores.

Com esse depoimento, quero aqui deixar uma convicção que me assiste. Nada do que aqui foi dito pode tornar-se factível se não se converter numa integrada decisão política nos três níveis da Federação. Se Município, Estado e União não se derem as mãos, tudo o mais será perda de tempo.

**Intervenção de  
Ozir Tesser \***

Vou começar pela temática objeto da intervenção do prefeito, que me antecedeu, pois se trata de um assunto que interessa profundamente à Faculdade de Educação, por mim dirigida.

---

\* Diretor da Faculdade de Educação da UFC



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A educação fundamental foi assinalada, na fala da Professora Eunice Durham que, esta manhã, iniciou mencionando o série drama em que vive o Ceará, portador que é de um dos elevados índice de analfabetismo de nosso País. E o próprio Secretário Antenor Naspolini sublinhou que a incidência desse mal é maior na zona rural. Na verdade, há municípios onde esse índice chega à casa dos oitenta por cento da população (o Secretário não chegou a mencionar essa cifra).

Esse, de fato, é um problema sério, que precisamos resolver, amenos eu queiramos continuar a ter uma sociedade de castas e párias, o que não acredito ser a intenção de nenhum de nós, nesta sala. Em realidade, essa situação nada mais é do que a reprodução do que vai na sociedade brasileira em geral, onde apenas um por cento de nossa população consegue chegar à universidade. E note-se que o índice do Ceará é a metade disso: 0,5 por cento.

Temos que radicalmente mudar isso, a menos (repito) que queiramos viver numa sociedade dividida, o que não é a intenção de ninguém. Acontece que, no Ceará, temos, à frente do Governo Estadual, uma geração de jovens empresários, dinâmicos e iluminados que, logo mais, estarão completando doze anos de gestão. Já serão três mandatos. Portanto, tempo suficiente para termos erradicado a chaga do analfabetismo no Ceará.

Isso, entretanto, não ocorreu. E por quê? Teria faltado intenção? Seguramente, não! Teria faltado análise? Também não. Dá-me até a impressão, ao ouvir aqui as diferentes falas dos participantes, que estamos todos de acordo em termos de objetivos. Em minha análise, porém, onde falhamos foi no diagnóstico. Digo “falhamos” (na primeira pessoa do plural) assumindo também a responsabilidade por isso.

Penso que não temos todos o mesmo diagnóstico a respeito da realidade educacional cearense. Continuamos, alguns de nós, a insistir que a raiz dos problemas que nos perseguem reside na ausência ou má formação desses 35 mil professores não titulados que, no fundo, seria a verdadeira fábrica desse enorme contingente de analfabetos a povoar nossos sertões.

Na verdade, a escola rural mais enxota do que mantém. Dela, as crianças mais são compelidas a se evadir do que seduzidas a nela permanecer. E, enquanto isso, nas falas oficiais, o bode expiatório dessa situação continua a ser a formação de professores. A Professora Eunice Durham admite que formação não é item bastante. Essa, no entanto, não é a visão que, regra geral, aparece nos discursos oficiais...



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Uma análise mais acurada do problema leva-nos a um diagnóstico muito mais sério, de muito maior complexidade do que tomar a formação docente como o pivô da situação em que hoje se encontra a nossa escola fundamental. De fato, vivemos em um estado, política e culturalmente, de autêntica segregação social, onde o profissional de educação não tem sequer uma identidade profissional. Não o reconhecem, como profissional, nem a sociedade civil nem a política. E, nesse contexto, não irá nunca existir um egresso da universidade que aceite um trabalho que, da sociedade e dos governos, não goze um esperado reconhecimento. O problema, então, não está na formação docente.

Não obstante isso, continuamos insistindo na tese de que o que nos falta é instalar, “lá no meu município”, uma faculdade para formar professores. Ou que a estratégia para isso é a celebração de um convênio com a universidade tal ou qual para capacitar professores que, afinal, irão se submeter a salários que correspondem a dez por cento do salário-mínimo. O Prefeito Marconi Borges, há pouco, afirmou que paga o salário-mínimo a seus professores. Sabe ele quanto está ganhando uma empregada doméstica, que trabalha, em Fortaleza, vinte dias do mês? Não menos do que trezentos reais!...

Temos de mudar esse quadro! Se não criarmos uma realidade diferente dessa, iremos continuar a ter uma sociedade constituída de subcidadãos e de marginais. E, nela, os universitários, os licenciados, os mestres e os doutores continuarão a habitar a estreita faixa dos 0,5 por cento em meio a uma população de analfabetos!

Nosso diagnóstico sobre a realidade da escola e da educação cearense vai, portanto, em outra direção. A propósito, uma equipe da Faculdade de Educação da UFC, terminamos recentemente uma pesquisa, financiada pelo CNPq, exatamente sobre esse problemas. E chegamos à conclusão de que o problema maior não é a formação dos docentes. Infelizmente, essa pesquisa encontra-se entregue à poeira, por sobre as prateleiras. Ninguém chegou, sequer, a lhe folhear as 525 páginas (talvez até pela magnitude desse volume!).

Suas conclusões, no entanto, são muito simples: o problema não é meramente o da formação. Vai a níveis mais profundos. Foge à superficialidade do empirismo em que, ao mais das vezes, é posta a questão. O trabalho universitário exige de nós uma atitude científica além da tarefa de meramente formar profissionais. A nós, da área de educação, cumpre-nos também fazer, da realidade educacional, um diagnóstico.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Essa é a minha reflexão sobre a questão. Termino com uma indagação: a Professora Eunice Durham afirmou que cinqüenta por cento de nossos alunos, de cursos superiores, deles se evadem, antes de concluí-los. Não seria, então, oportuno que instituíssemos, à semelhança do Diploma de Estudos Gerais, na França, um nível intermediário de formação entre o 1º e o 4º ano de nossas licenciaturas?

**Intervenção de  
Josué Mendes Filho \***

Gostaria de me fixar na temática da sustentabilidade. E dizer, antes de tudo, que “sustentabilidade”, para mim, é alguma coisa que vive na simbiose, o que implica em afirmar que o sustentável pressupõe garantias de fluxo econômico, investindo na formação de pessoas. Com esse olhar é que quero refletir sobre a universidade, enxergando-a como um universo de pessoas engajadas na geração da riqueza, que não pode ter o caráter tão globalizante como se pensa, no sentido de que ela tenha de ser alienígena.

Não adiante estarmos formando pessoas para que elas se engajem aqui, em projetos de multinacionais, cujo capital é egresso do exterior. Em minha análise, tomo como referencial o Estado de São Paulo e seu modelo de gestão de suas universidades públicas que é um exemplo que, a qualquer estado brasileiro, comporta um razoável número de instituições, desde que se tenha consciência do que fazer.

O que sustenta a universidade pública paulista? A meu ver é, em primeiro lugar, o fluxo da dinâmica política de São Paulo, a carrear recursos para o estado. Sou testemunha disso. Trabalhei na UNICAMP. E, à época, ela carreava setenta e cinco por cento dos recursos aplicados em ciência e tecnologia, por intermédio de especialistas e professores. Ela detinha um bom bocado do fluxo dos recursos que financiavam a pesquisa brasileira. Depois, o Estado tem a FAPESP, que é uma entidade sagrada, financiadora da excelência e da qualidade.

---

\* Professor do Departamento de Física da UFC.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O que distingue a gestão universitária paulista das demais? É que ela identifica a excelência e a alta qualidade e, nelas, investe recursos. E, daí, parte para uma política de desenvolvimento onde a geração da riqueza é fundamental. Em outras palavras, a universidade se engaja como o projeto sócio-econômico do Estado.

Quem conhece a UNICAMP sabe que Campinas, trinta anos atrás, era um vazio. Hoje é um município que se caracteriza como o segundo cinturão industrial dopais. Hoje, nas cercanias de Campinas e municípios vizinhos, encontra-se montado um parque industrial que busca a excelência, a qualidade e a competitividade

Nisso todo, uma coisa é curiosa. Não sei se por milagre ou por cultura, os políticos jamais interferiam na FAPESP, que tinha, antes, o seu índice de 0,5 por cento e hoje desfruta de seu um por cento, que ela aplica na busca de soluções para o desenvolvimento do setor produtivo. A explicação do êxito paulista, aqui louvado, não está apenas no volume dos recursos que o Governo Estadual investe em suas universidades. Mas, sobretudo, na ação contínua dos órgãos governamentais e da sociedade, numa indicação de que lá a universidade é coisa considerada importante(e ela o é) no processo de geração das riquezas.

Se trasladamos esse modelo para o Ceará, impõe-se, aqui, uma função tutelar do governo. Não que queiramos dizer que, entre nós, o governo seja clarividente e que a sociedade seja cega. Mas temos de admitir que, nos três últimos governos, temos tido a sorte de experimentar uma postura nova no estilo de governar. E essa postura poderá garantir ao Governo Estadual (que dispõe de instrumentos para isso) um papel indutor no rumo da modernidade, da eficácia e da competitividade.

A Secretaria de Ciência e tecnologia, valendo-se da FUNCAP como seu instrumento, poderá identificar excelência, qualificada e produtividade. Gostaria, pois, de discutir esse modelo um pouco mais verticalmente, no caso cearense, tomando a SECITECE e a FUNCAP como personagens de um modelo sustentável de indução e amparo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em nosso Estado.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Intervenção de  
Teresa Rocha \***

Tudo o que aqui se tem falado de “reinventar”, de “planejamento integrado” e de “compromisso social”, já está sendo vivido, no Ceará, pelo menos há uma década. Com efeito, desde os anos 80, nossas universidades vêm fazendo um esforço nesse sentido. O que agora se torna diferente é apenas o fato de elas terem descoberto que agora é o momento de esse vínculo tornar-se4 mais forte.

Há uns cinco ou seis anos que temos as discussões que redundaram na criação deste Fórum. O que nos falta, para passos mais decisivos é que acreditem na gente. A propósito, lembro-me de uma história (não sei se de Guimarães Rosa). É a história de um garoto que chegou em um restaurante e pediu lasanha. O pai, indiferente Pa vontade do menino, oferecia-lhe isso e aquilo. Mas o menino repetia: “Eu quero é lasanha”.

De uma certa forma, somos esse menino. Vivemos a dizer, na forma de nossos projetos, ao Governo Estadual e ao MEC, sobre a “lasanha” que queremos, sem a obtenção de respostas. Sobre a alfabetização, aqui tão reclamada, criamos(as 23 universidades nordestinas) um Fórum de Alfabetização, que se encontrou na Bahia e na Paraíba apresentando alguns caminhos para resolver tal problema. As respostas que tivemos foram pouquíssimas.

Longe de nós qualquer atitude corporativista. Não vamos dizer que, entre os professores (dos três graus de ensino), só existem pessoas comprometidas e competentes. Mas estas são muitas, e o que existe dá não só para o gasto como para multiplicá-las. O que falta é nos escutar.

Parece não haver interesse em ouvir as universidades. As nossas estaduais estão aí no interior, e o Prefeito de Senador Pompeu deu seu testemunho sobre a parceria que, em seu município, se estabeleceu entre a UECe e toda a comunidade na Região do Sertão Central cearense. Seria

---

\* Professora da UECe e, à época, Pró-reitora de Extensão dessa Instituição.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

interessante que fôssemos, todos nós, a Quixadá (onde amanhã estará a Professora Eunice Durham), à Região dos Inhamuns, em tauá e a outras localidades onde exemplos semelhantes afloram. Os universitários de Tauá foram a Sergipe, dentro do Programa “Universidade Solidária”. Chegaram de lá com lágrimas nos olhos, encantados com a inserção da universidade nos problemas da sociedade.

Há, em nossas universidades, um enorme potencial. E a impressão que tenho é de que (apesar de toda a minha simpatia pelo esforço do Governo que aí está no Estado) o que, sinceramente, nos falta é prestígio político.

**Intervenção de  
Manasses Claudino Fonteles \***

Creio que o patrimônio maior que, na área do ensino superior, construiu-se é o sistema de avaliação da pós-graduação, arquitetado pela CAPES. Pessoalmente, sou dos que acreditam que, primeiro, temos de avaliar para, só depois, poder realizar as mudanças.

Infelizmente, reitores e diretores de unidades, em nossas instituições universitárias, resistem a essa idéia. E, do ponto de vista sociológico, não encontro uma explicação para essa atitude corporativa de autodefesa. Entendo que a melhor maneira de compreendermos o que é diferente entre o que se passou aqui e em São Paulo, por exemplo, é tomarmos a via da avaliação. Aí, as diferenças se ressaltam evidentes.

Desejo, por isso, encorajar a Professora e sua equipe a prosseguirem em seu trabalho, estendendo o processo de avaliação iniciado no campo do ensino superior. Que ele não se restrinja às áreas da saúde, da engenharias e do direito, mas que avance pelas demais áreas. Os países mais importantes do Globo avaliam o trabalho de suas instituições, e vejo que podemos imitá-los.

---

\* Professor e Pesquisador da UFC e da UECe, hoje Reitor desta última.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Quanto à figura dos institutos. Existe, de igual forma, uma enorme resistência, em todo o País, à sua criação, no âmbito universitário. Ora, no momento em que buscamos corrigir as distorções a que nos levou à estrutura departamental, o instituto foi uma oportuna saída. De fato, o departamento foi um equívoco, imposto a nós pelo regime militar, que aceitamos como um fato consumado. Ele erra ao começar com uma eleição, escolhendo seu chefe, num processo pseudo-democrático, ao levar em consideração não a capacidade de agradar a todos que possa ter o eleito.

Temos de inverter esse sistema. E uma das formas é pela criação de institutos que, no mundo inteiro, têm tido êxito, inclusive, na história universitária do Ceará, onde os Institutos da UFC mereceriam constituir-se numa experiência a se retomar.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PALESTRANTE**

Ao encerrar este debate, gostaria de tecer considerações sobre alguns tópicos que considero mais importantes.

#### **Um sistema e não necessariamente uma universidade**

De início, dizer que gostei muito da intervenção do Professor Tarcísio Pequeno, com a qual concordaria inteiramente, não fosse pela necessidade que vejo de substituir a idéia de que “o Ceará tem que ter **uma** universidade” pela de que “o Ceará tem necessidade de ter um **sistema de ensino superior**”. Que seja um sistema e, dentre dele, uma ou mais universidades. Não necessariamente uma só. De resto, os pontos por ele abordados o foram com muita propriedade, de sorte que, sobre eles, não há mais muito o que dizer, à exceção de um ponto: de quem é a responsabilidade, na questão da formação de pessoal



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Valorizar e  
requalificar**

Temos todos a consciência do círculo vicioso que nos aprisiona: salários aviltados, desprestígio da educação, docentes sem qualificação. Tal círculo, porém, começa a ser rompido. Nesse sentido, há um projeto do Governo Federal, do conhecimento de todos, que tenta reverter esse quadro, garantindo às escolas, na área do ensino fundamental, um investimento por aluno, onde quer que, no País, ele esteja. Isto será certamente o início da ruptura que se impõe. O parâmetro de trezentos reais por criança pode representar, no Brasil, uma mudança da conotação que, atualmente, tem a educação que poderá passar a ser olhada como um lucrativo negócio para municípios que terão um prestígio adicional. Isto (é claro), na dependência do real controle sobre o pagamento dos salários aos professores e dos critérios de sua contratação.

Paralelo a essa medida, temos um outro processo, complementar ao primeiro: a requalificação da rede de ensino. E, nisso, há um importante papel a ser desempenhado por nossas instituições de ensino superior. Elas têm, quanto a esse aspecto, uma potencialidade que não foi ainda de todo explorada. Aí, gostaria de entrar um pouco na questão dos cursos de pedagogia e das licenciaturas em geral, assunto que, atualmente, me vem preocupando.

**Menos o analista  
da realidade  
e mais o profissional  
de sala de aula**

Tais cursos estão hoje inadequados. Estão concebidos, em maior grau, para a análise da realidade educacional do que para a necessária instrumentação do professor, como mediador que é das relações entre o ensino e a aprendizagem. Ora, capacitar um professor é muito mais dar-lhe instrumentos para o exercício de sua profissão, em sala de aula, do que fazê-lo um analista crítico dos problemas educacionais. Poucas são hoje as experiências que vão nessa direção.

É, portanto, absolutamente fundamental que repensemos a formação de nossos professores. A realidade é que estamos indo ao interior e nos pondo a



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

formar professores. Esse trabalho, infelizmente, muitas vezes, em pouco resulta, quase nenhum impacto alcançando na relação entre aluno e professor, na sala de aula. Daí, o flagrante divórcio, de que falamos, entre a formação docente e suas atitudes no exercício profissional, em sala de aula.

O professor tem de ser formado, como outro profissional qualquer, dentro de sua prática. Da mesma forma como um médico não pode formar-se fora do hospital, não tem sentido tentar se capacitar um professor fora da sala de aula. E isso não é coisa que possa ser feita apenas nas artificiais “escolinhas experimentais”, dentro da universidade...

Dentro desse espírito, temos de repensar os cursos de formação de professores, caracterizando-os menos como formação de cientistas da educação e mais como profissionais de sala de aula, mediadores da interação entre aprendizagem e ensino.

**Pensar novos cursos  
em nível médio  
e pós-médio**

Dissemos atrás que a universidade não deveria responsabilizar-se por escolas de 1º grau. Há, no entanto, um tipo de curso que conviria que ela mantivesse, sobretudo em estados carentes como o Ceará. Penso ser oportuno retomarmos a experiência dos “cursos normais” para a capacitação de docentes para o ensino fundamental. A universidade poderia pensar, sob uma perspectiva até mis geral, a criação de novas modalidades de cursos de nível médio e pós-médio, caracterizados como fundamentais para o processo de desenvolvimento regional e do País, incluindo, nesse espectro, a formação de docentes em nível médio.

O Prefeito de Senador Pompeu, há pouco, a propósito dessa realidade e do encaminhamento de soluções para os nossos problemas, deu aqui um belíssimo depoimento. E, sobre o assunto, gostaria ainda de apor algumas questões. Existem alternativas outras, para a formação em nível superior, além da universidade. Existem os cursos técnicos, de habilitação profissional, a expansão do ensino médio abrindo-se em leque para a habilitação específica, entre outras. Essas modalidades são até mais abrangentes porque os convencionais cursos superiores atendem apenas a uma clientela que já passou pelo ensino médio.



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Existe o que clamo de “pouco fundamental” que tem de ser ampliado. Em geral, temos, ao mais das vezes, a base e o topo, e nada do que deveria estar no meio. E isso aplica-se à maior parte de nossa formação profissional, abrangendo também a docente. Temos, portanto, de pensar em uma formação que se dê em nível médio mas eu também abra a possibilidade de ter continuidade em nível superior. Mas que isso se opere, numa relação harmônica entre a formação e o trabalho. No caso docente, sem o divórcio do professor entre o conhecimento a ser assimilado e seu trabalho em sala de aula.

### **O “cartório” das profissões**

A rigor, não teríamos professores desempregados. O que existe são licenciados e bacharéis sem emprego. A verdade é que ainda não nos demos conta do problema levantado pelo Professor Tarcísio Pequeno: o da cartorialização das profissões. Apesar dessa cultura, em nosso País, o mercado não toma conhecimento dele e o subverte. E o que ocorre é que temos graduação (bacharéis e licenciados) para tudo. Na verdade, essa formação poderia servir de base para ajudar os egressos dos cursos superiores a ingressar no mercado de trabalho, que, no entanto, poderiam escolher onde atuar: nas convencionais profissões situadas na área ou no ensino. No entanto, a cartorialização das profissões impede que isso possa ser feito.

Esse é um problema sério. Tenho compartilhado da angústia de vencer essa barreira. Recentemente, tive a oportunidade de me pronunciar, em parecer junto ao Congresso Nacional (esses processos passam por mim, pela função que ocupo) sobre a questão da regulamentação (pasmem!) da profissão de técnico de futebol. Técnico em futebol, no Brasil, vai terminar exigindo curso superior, pelo simples fato de se inserir na área do “cartório” criado pela escolaridade dos profissionais de educação física! Nessa marcha, estamos nos aproximando do ridículo. Temos até, regulamentada, a profissão de economista doméstica que tem reservada para a categoria uma série de privilégios. Tudo isso, sob o respaldo de uma sociedade que tende a criar monopólios. Nesse ritmo, pode ser que um dia, nos seja exigido um diploma de nível superior para atividades como casar...



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**A correlação  
entre avaliação  
e autonomia**

Há um tema importante que, infelizmente, não tivemos tempo de, nesse Encontro, discutir: o da avaliação institucional, absolutamente fundamental. Na verdade, a autonomia universitária encontra seus limites (dissemos) no interesse social. Não pode existir autonomia para uma instituição que desperdice dinheiro, que seja incompetente, que não forme alunos. Autonomia é um instrumento que a sociedade outorga à instituição universitária para que essa desempenhe, com eficiência, a sua função. Daí, a necessidade de que essa instituição seja permanentemente avaliada: para que ela possa ser cobrada, no exercício de sua função. Entre os conceitos de “autonomia” e de “avaliação”, existe, portanto, uma correlação muito estreita. Que este Fórum, em outra oportunidade, aprofunde essa questão!

**Na universidade,  
pouco se cria**

Quanto ao diploma intermediário. Ele é imprescindível, em nosso caso. Em nossos cursos superiores, a evasão que neles existe é, no fundo, uma falsa evasão. É que nossa universidade é uma instituição muito rígida e inflexível. Por boas razões, umas (más e até péssimas, outras), ela acabou por rejeitar a curta licenciatura. Em nossa universidade, tudo quanto surge de novidade é logo tomada como “perda da qualidade”, o que não é verdade. Ora, melhor do que nada de universidade é, seguramente, dois anos dela. E, se as pessoas cursarem esses dois anos, por que lhes negar o direito a um diploma intermediário?

É possível que novos cursos sejam modulados e introduzidos na vida universitária. Nossa universidade, conservadora, pouco cria de novo. Desde quando meu pai começou a freqüentar a universidade, cinquenta anos atrás, praticamente só quatro cursos novos surgiram: comunicação social, fisioterapia, fonoaudiologia e computação. É possível que, se lhe soltarmos as amarras burocráticas, fique ela ser mais criativa...



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

**Na educação,  
tudo é batalha**

Gostaria de corrigir algumas informações, emitidas por ocasião do debate, sobre a Universidade de Campinas (a UNICAMP). Penso que ela foi por demais glorificada... É matematicamente impossível que ela se utilize de setenta e cinco por cento dos recursos destinados à pesquisa. Nem no País nem no Estado de São Paulo. Senão vejamos: a USP se socorre também desses recursos até mais que a UNICAMP. Admitindo que ela se utilizasse do mesmo percentual, só aí já teríamos cento e cinquenta por cento... Sei que a UFRJ leva cinquenta por cento desses recursos. Teríamos, então, duzentos por cento...

Admitamos que tal índice se ferira aos recursos da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Mesmo assim, pelo mesmo raciocínio, ela não poderia chegar aos setenta e cinco por cento.

Sobre a FAPESP, foi uma batalha de trinta anos. Batalha inicial para instituí-la; outra para que o Governo estadual admitisse repassar os recursos. Uma terceira batalha para que fossem repassados os duodécimos. Moral da história: para que, no País, estabeleçamos um patamar mínimo, na área de educação, precisamos armar uma batalha de décadas!

**Síntese,  
alerta e  
apelo final**

Chegamos ao final desse Encontro (creio eu) a um razoável consenso: 1) a autonomia associada à responsabilidade social; 2) o compromisso nosso com o ensino fundamental; 3) a necessidade de um sistema diversificado de ensino superior; 4) a introdução da avaliação no contexto da autonomia universitária.

Não gostaria, entretanto, de ultimar tal discussão sem alertar para um problema. Na criação de um sistema de ensino superior no Estado, existe a questão dos custos a ser considerada. Ora, no caso, participariam desse sistema três universidades mantidas pelo Governo Estadual. Por isso, é importante que, a um esforço comum, junte-se a Universidade Federal do Ceará. E, para



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

isso, podemos, de logo, fazer-lhe um apelo. Mesmo assim, teremos que estabelecer, de modo claro, quanto se vai investir na área do ensino superior.

Nessa questão, insisto: há de se ter a reserva prévia dos sagrados quinze por cento para o ensino fundamental. Sem isso, pouco se poderá fazer para que sejam resolvidos os mais graves problemas educacionais a atingir o Estado. Além disso, há que se pensar no ensino médio, particularmente na questão que envolve o ensino tecnológico e o profissional. Dentro desse quadro de exigências é que se impõe pensar sobre quanto investir na questão do ensino superior, no Estado.

Gostaria, por fim, de deixar meu apelo final no sentido de que este Fórum se mantenha e floresça. Ele se constitui em um organismo extremamente dinâmico. É um permanente espaço para o confronto das idéias, a operação, o produtivo conflito de interesses e a ação cooperativa entre os diversos atores da cena educacional, social e política!

Edição composta no Núcleo de Editoração  
Eletrônica do Conselho de Educação do  
Ceará e impressa na Imprensa Oficial do  
Ceará (IOCE)